



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/07/2016**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo Segmento dos Usuários – Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular –ACADIM); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); Conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); Conselheira Sonia Maria do Nascimento Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); Conselheira Angélica dos Santos da Silva (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); Conselheiro Suplente José Carlos Duarte (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); Conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Conselheira e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro Suplente Manoel João Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro Suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); Conselheira Suplente Marília Mateus Pinheiro (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo Segmento dos Profissionais de Saúde – Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro-SASERJ); Conselheiro Marcos Ferreira de Menezes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); Conselheiro Júlio Moreira Noronha (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); Conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO); Conselheiro Suplente Rubens Guimarães Mendonça (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI); Pelo Segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços - Conselheira Suplente Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheira Ludmila de Carvalho Cardoso (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); Conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e Conselheira

**Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO).** A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), iniciou-se em segunda convocação às quatorze horas e trinta minutos de acordo com às Normas Regimentais. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** desejou boa tarde à todos e, chama para compor a Mesa: A **Presidenta do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** (Usuário), **Conselheira Maria Angélica de Souza** (Usuário), **Conselheira Angélica dos Santos da Silva** (Usuário) que será substituída temporariamente pela **Conselheira Júlia Daniela de Castro** (Usuário), **Conselheiro Wagner Gomes Bezerra** (Profissional de Saúde) que será substituído temporariamente pelo **Conselheiro Marinaldo Silva** (Profissional de Saúde). O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** substituirá temporariamente a **Conselheira Suplente Patrícia de Albuquerque Ferreira** (Gestor) que ainda não chegou. Em seguida passa a direção dos trabalhos para a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** que desejou boa tarde a todos dizendo que são bem vindos. Informou que foi distribuída a Ata de 10/05/2016 e fez a leitura da pauta: **1) Deliberação** da Ata de 12/04/2016. **2) Deliberação dos Processos: 09/003447/2015.** Assunto: Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente portador de necessidades especiais – FAMAD, para Prestação de Serviços de Reabilitação de forma complementar - **AP 4.0.** Processo **09/002015/2015.** Assunto: Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro - Habilitação de onze Leitos de UCINCO (Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional) e quatro Leitos de UCINCA (Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru) – **AP 5.1.** Processo **09/002633/2015.** Assunto: Clínica Nova Guanabara Ltda - Prestação de Serviços em Fisioterapia - **AP 3.1.** Processo **09/004195/2015.** Assunto: Grupo de Assistência Médica Nefrológica Ltda – GAMEN – Chamamento Público n.º 007/2015 para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva - **AP 3.2.** Processo **09/004215/2015.** Assunto: Centro Nefrológico Carioca - Chamamento Público n.º 007/2015 para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva - **AP 3.2.** Processo **09/004201/2015.** Assunto: Clínica de Nefrologia e Diálise Santa Teresa Ltda – CLINEF - Chamamento Público n.º 007/2015 para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva - **AP 3.1.** Processo **09/004200/2015.** Assunto: UNI RIM Nefrologia Ltda - Chamamento Público n.º 007/2015 para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva - **AP 3.1.** Processo **09/004755/2015.** Assunto: Instituto Doutor Francisco Spinola. Descredenciamento – **AP. 4.0.** **3) Ofício n.º 838/2016 - S/SUBGERAL/CGCCA** - Chamada Pública para contratação de Serviços de Assistência Ventilatória não invasiva para atuar de forma complementar no âmbito do SUS - 10 minutos. **4) Ofício n.º 839/2016 S/SUBGERAL/CGCCA** - Chamada para contratação de Serviços de Telemedicina para atuar de forma complementar no âmbito do SUS - 10 minutos. **5) Ofício n.º 883/2016 S/SUBGERAL/CGCCA** – Edital de Chamamento Público n.º 006/2015 para contratação de Serviços de Fisioterapia – 10 minutos. **6) Discussão das EADES** das diversas Unidades de Saúde do Rio de Janeiro - 20 minutos **7) Comissão de Educação Permanente** – 30 minutos. **8) Comissões do Conselho Municipal de Saúde** – 10 minutos. **9) Informes da Secretaria Executiva** - 10 minutos. **10) Informes do Colegiado** – 30 minutos. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se podem aprovar a Pauta mas a **Conselheira Maria José Peixoto** quer saber o que significa EADES para poder aprovar. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que o **Conselheiro Júlio Noronha** irá explicar. Inicia sua explicação dizendo que a sigla EADES quer dizer: Equipe de Apoio à Desospitalização e Educação em Saúde. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se a **Conselheira Maria José Peixoto** entendeu e se pode seguir adiante, respondendo que entendeu e pode seguir. A **Presidenta** pergunta a todos se podem aprovar a Pauta e recebe a resposta afirmativa. Cita o Primeiro Ponto: Deliberação da Ata de 12/04/2016; pergunta quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Ata aprovada pela maioria simples com uma abstenção. A **Presidenta Fátima** passa para o Segundo Ponto: Deliberação dos Processos. Informa que como foi

deliberação na última reunião, o Parecer será lido um a um, podendo ser aprovado ou não. Informa também que o avaliador e analisador desse processo será a mesma, então inicia a leitura: “Trata-se de um processo de credenciamento ao SUS, para Prestação de Serviços de Reabilitação de forma complementar, conforme o 09/003447/2015, referente a Chamada Pública nº 005/2015 da Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente portador de necessidades especiais – FAMAD, CNPJ: 07.503.313/0001-01, localizada na rua Japurá nº 115 – Praça Seca, Rio de Janeiro, visando ao atendimento multidisciplinar à criança e ao adolescente portadores de necessidades especiais. Processo não aprovado pelo Conselho Distrital de Saúde da AP. 4.0, conforme Ata às folhas 80, devido ao não comprimento de exigências documentais. Processo retornou à SUBGERAL/CGCCA que o devolveu instruindo com informação às folhas 85 a 102, com respostas aos questionamentos formulados pelo CDS da AP. 4.0. A Plenária do Conselho Municipal de Saúde com parecer favorável para deliberação na reunião Ordinária de 12/07/2016”. A Presidenta pede para o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** esclarecer. Inicia-se uma discussão em relação a esse assunto que para muitos Conselheiros é confuso mas o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala que o **Conselheiro Adelson**, representante da AP. 4.0. que se encontra presente na reunião, pediu para os Conselheiros não tirem conclusões precipitadas. Então esclarece que o processo não foi aprovado na AP. 4.0 porque concluíram que tinha documentação faltando e em atraso. Por esse motivo, a Comissão Executiva encaminhou e solicitou às documentações. Disse que é bom ressaltar no Conselho que quando o processo é aberto, são apresentadas as documentações necessárias para se iniciar todo o processo. Esclarece que as pretensas conveniadas, as pretensas contratadas não são obrigadas a ficarem renovando a documentação a todo o momento porque isso se dará exatamente no instante da assinatura do contrato, inclusive isso está escrito no Edital. Também afirma que existe um Decreto que diz que no momento da assinatura a documentação terá que ser apresentada, caso seja necessária a documentação terá que ser atualizada. Por isso, não cabe ao Conselho Municipal reprovar o processo, pois cada vez que um processo é reprovado no Conselho por questão de documentação atrasada, esse mesmo processo volta três meses depois, pois o processo vai para a SURCA pedir a documentação, volta para o Conselho Distrital que coloca o processo na pauta. Então o processo retorna ao Conselho Municipal novamente. Afirma que esse processo leva uma três vezes e dura de três a seis meses. Então todas as observações que a AP. 4.0 colocou como necessidade foi incluído no processo para quem quiser conferir o que faltava. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que em conversa com o Presidente da AP. 4.0, perguntou se tem necessidade do processo retornar ao Conselho Distrital. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** respondeu que não, bastava colocar a documentação que faltava que fica tudo certo. Por isso, o processo foi levado até o Conselho Municipal. Ressalta que a Executiva verificou toda a documentação anexada ao processo, inclusive até mais do que pediram. Mas frisa novamente que isso não era necessário já que o processo está todo instruído para seguir seu curso. Reafirma que estão no Conselho Municipal os representantes da AP.4.0, da FAMAD e da CGCCA - Coordenadoria Geral de Contratualização - (ex SURCA) para quem quiser tirar mais dúvidas. **Conselheira que não se identificou**, pede a palavra mas a **Presidenta** diz que a Conselheira Maria José Peixoto já estava inscrita para falar. A **Conselheira Maria José Peixoto** desejou boa tarde para todos e, diz que até entende o que o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima comentou mas no momento em que o processo vai ser aprovado, os Conselheiros devem aprovar o processo com a documentação completa porque não se pode aprovar o processo com a documentação em aberto para que depois a documentação seja revisada ao chegar no setor ‘X’ que dará o parece final. Diz que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde é indispensável para qualquer convênio,

e que os Conselheiros já fizeram isso no mês de maio quando um processo voltou. Ressalta que os Conselheiros não tem nada contra a Empresa/Instituição que pleiteia ser credenciada junto à Secretaria, junto ao SUS; ao contrário, os Conselheiros precisam trazer esses parceiros para ajudá-los a atender a população. Disse não ver nenhuma problema com isso porque não é contra as Instituições ou Entidades, mas tem convicção do compromisso que assumiu enquanto Conselheira do que deve votar. Disse que os pareceres vieram de forma individual ao Conselho Municipal por causa da exigência feita pelos Conselheiros em maio, porque os Conselheiros não podem aprovar porque gostam de "fulano" ou "beltrano". Em seguida disse ao Secretário Executivo e Conselheiro David Lima que não foi isso que Ele disse. Que o mesmo fez um Parecer 'complacente', mas que não protegia ninguém. Disse que enquanto Sociedade Civil o compromisso que os Conselheiros 'carregaram sobre os ombros', porque os Conselheiros tem o Ministério Público 'tomando conta dos passos de cada um'. Então os Conselheiros precisam dizer que os Conselhos Distritais de Saúde; ressalta que o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima sabe disso muito bem como a mesma atua na AP.2.1, pois quando chegava um processo dizendo: "está aqui um processo que tem que ir para o Plenário", e ia mesmo para o Plenário porque no dia seguinte realizava visita técnica do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, assim evitando que o processo só fosse incluído em pauta depois de uma ou duas plenárias depois. Por isso, reafirma que os Conselhos Distritais de Saúde sem dúvida nenhuma devem ser ouvidos mas também não podem ficar demorando muito tempo para darem um parecer sobre o processo, porque desatualiza o processo. Com isso perde a Sociedade e perde a instituição que quer ser credenciada. Por isso, é contra a demora do processo por muito tempo porque quando foi Presidente da AP. 2.1 nunca deixou que os processos ficassem muito tempo lá. A **Presidenta Fátima Lopes** pede que a Conselheira fale de sua proposta. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que a proposta que tem e que já falou no início é uma proposta muito clara e objetiva. A Proposta é que todos os processos que cheguem ao Conselho Municipal tem que estar com a documentação em dia, também que o Conselho Municipal de Saúde recomende que os Conselhos Distritais de Saúde que ao receberem um processo dêem imediatamente carga no mesmo através da Área Programática correspondente, visitem a Entidade ou Instituição para dar um Parecer técnico, depois levem esse Parecer para o primeiro Plenário desse Conselho, para depois ser encaminhado para a primeira Plenária do Conselho Municipal de Saúde. Assim o processo não fica desatualizado, pois a validade da documentação não irá passar dos noventa dias. Disse que se não estiver equivocada, a documentação do processo só perde a validade acima de seis meses (120 dias). Por isso, é preciso ter cuidado pois vota para que regularizem o processo. Isso feito, retorne o processo ao Conselho Municipal Saúde. A **Presidenta Fátima Lopes** chama o próximo Conselheiro para falar. A **Conselheira Carmen Sandra Portugal** diz que está sendo colocado em votação a aprovação ou não do processo, mas ressalta que o processo da FAMAD ficou 90 dias na AP. 4.0. Disse que retornou agora para o Conselho Municipal porque o pessoal da FAMAD insistiu muito. Pediu ajuda para resolver isso porque o processo foi avaliado por uma pessoa que não tem conhecimento de documentos. Essa pessoa informou que a licença da Vigilância Sanitária era de 2014 e não estava atualizada mas a nova Legislação reza que a Licença da Vigilância Sanitária só pode ser atualizada de 5 em 5 anos, isso porque a Instituição não presta Serviços invasivos. Afirma que essa Legislação é de 2013. Disse ainda que a última Licença da Vigilância Sanitária que atualizou foi em 2014; então só pode ser revalidada passados 5 anos (2019). Disse que a certidão do Ministério Público está anexada ao processo mas o pessoal da AP 4.0 não viu, porque a FAMAD não é uma ONG ou O.S, a FAMAD é uma Fundação que é monitorada pelo Ministério Público; então essa Instituição tem que prestar contas ao Ministério Público e as certidões da Instituição tem que estar religiosamente sempre em dia.

Reafirmou que a certidão está anexada ao processo. Em relação as outras Certidões existem algumas que irão vencer em um mês como a do Fundo de Garantia, outras vencerão em 3 meses e outras em 120 dias. Afirma que a documentação foi anexada ao processo na época da licitação. Isso aconteceu em julho ou agosto de 2015. Informou que não pediram mais nada da FAMAD, apesar de ter toda a documentação guardada na Instituição. Informou também que o processo só voltou ao Conselho Municipal porque insistiram muito com o pessoal da AP. 4.0 já que o processo estava lá a mais de 90 dias. Então quando tomou conhecimento das exigências o próprio pessoal da SURCA examinou o processo e lhe deram o Parecer: “Não Sandra, a MP está aqui, a Vigilância Sanitária está ok, mas só as certidões que estavam vencidas”, mas o pessoal da SURCA lhe disse que não precisava ter trazido o processo porque isso é problema da própria SURCA não do Conselho Municipal”. Essa foi a resposta que lhe deram mas como Conselheira tem percebido o que está acontecendo; trouxe a certidão, trouxe ainda mais certidões do que as que foram pedidas e anexou tudo no processo. Por isso, a FAMAD está sempre religiosamente em dia e não deve nada à ninguém. Disse que essa situação é desagradável, pois uma Empresa como a FAMAD que prima para que esteja tudo em dia. Informou que fica à frente disso. Portanto, é desagradável passar por isso porque o pessoal da AP. 4.0 não soube avaliar a documentação. A **Presidenta Fátima Lopes** agradece e chama o Conselheiro Geraldo Batista mas antes chama para compor à Mesa o suplente da Conselheira Angélica dos Santos, o **Conselheiro suplente José Carlos** porque a **Conselheira Júlia Daniela** estava compondo até o substituto da Conselheira Angélica Silva chegar. A **Presidenta** pede ao Conselheiro Geraldo Batista para falar. O **Conselheiro Geraldo Batista** disse que independente das informações dadas pelo Secretário Executivo e Conselheiro David Lima acredita que em relação a essas informações sobre o processo, o presidente do Conselho Distrital AP. 4.0 deveria convocar uma reunião extraordinária para colocar a posição que colocaram no Conselho Municipal, não simplesmente informar que o processo foi indeferido devido a essa situação até porque eles são representantes do Colegiado. Por isso, o presidente do CDS da AP 4.0 tinha que consultar o Colegiado sobre a necessidade de ‘voltar ou não’ de ‘passar ou não’, pois não pode dizer simplesmente: “Ah, se colocar lá as exigências que o Conselho Municipal solicitou está resolvido o problema, pode continuar”. Por isso, o **Conselheiro Geraldo Batista** disse que acha que houve ‘uma furada de olho’ sobre a questão do Colegiado da AP. 4.0 não ter sido informado, se foi, pede desculpas pois se houve uma reunião na AP. 4.0, então a Plenária do Colegiado foi informada sobre as questões do Conselho Municipal que devolveu o processo para a AP. 4.0. Por isso, imagina que a situação ficou meio atravancada. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a **Conselheira Miriam Lopes** que tomando a palavra disse que é representante da SATEMRJ e que está voltando ao Conselho Municipal em substituição ao **Conselheiro Marcos Ferreira de Menezes** que está se afastado para se candidatar durante o período eleitoral na Cidade do Rio de Janeiro. Informou que está de forma provisória até que o Conselheiro Titular retorne. Informou também que irá falar sobre esse processo e também sobre a fala da Conselheira Carmen Sandra Portugal, ressaltando que irá falar agora sobre o papel dos Conselheiros, sobre o que o Conselheiro tem exigido como Conselheiro das AP's: o Conselheiro não tem passagem e nem ticket refeição. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** assumiu o microfone dizendo que os Conselheiros recebem passagem sim. A **Conselheira Miriam Lopes** então retira o que disse sobre a passagem mas fala que o Conselheiro não tem almoço garantido para visita. Então pergunta a todos se tem? A resposta é não. Disse que pelo menos acertou nessa questão, pois reconsiderou sobre o que disse sobre a passagem mas o Conselheiro vai fazer a visita e não tem almoço. Informou também que não existe técnicos na composição desses Conselhos Distritais para se fazer visitas. Que não pode ser só com o presidente do Conselho Distrital ou só com um usuário, pois a

visita tem que ser feita com o presidente independente da categoria dele, além de um usuário e um gestor porque o gestor também tem que acompanhar as visitas porque ele não pode ser técnico naquela área mas é mais técnico que um outro Conselheiro que não tem a mesma função dele. Então é um conjunto de pessoas com o papel de serem Conselheiros e de estarem ali naquela Unidade e de ver o processo mas muitas das vezes foge aos olhos do Conselheiro aquela visão porque não é formado para avaliar processo, pois o Conselheiro faz um trabalho à bem do serviço público por consideração porque gosta, porque almeja, porque está no sangue. Então acha que os Conselheiros tem que ser treinados para avaliar um processo. Disse que gostaria de pedir para não falarem dos Conselheiros porque 'ralam' muito aí fora para poderem cumprir o seu papel e muitas das vezes sem condição. Então o que aconteceu na falha desse processo deve ter tido antes muitas outras coisas para chegar onde chegou porque todos tem que pedir ao Conselho Municipal que dêem essa guarita para os Conselheiros Distritais para saberem avaliar um processo para não chegar no Conselho Municipal com tendências como alguém falou de chegar no Conselho com tudo pronto. Disse achar que foi a Conselheira Maria José Peixoto que falou isso. A Conselheira disse que algum se o Conselheiro chegasse com tudo pronto não iria chegar a isso como o Conselheiro Geraldo Batista falou que antes de fazer um Parecer dizendo que não concorda mas depois concorda dizendo o motivo. A **Presidenta Fátima Lopes** pede para a Conselheira Miriam Lopes dizer qual é a sua proposta. A **Conselheira Miriam Lopes** responde dizendo que sua proposta é preparar os Conselheiros para avaliarem os processos para fazerem um checklist para as AP's dizendo qual é a visão que tem que ter quando o Conselheiro analisa um processo. Finalizou pedindo novamente o favor de não falarem dos Conselheiros. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a **Conselheira Maria de Fátima Pinto** que tomando a palavra que concordou com a Conselheira Maria José Peixoto em relação a aprovação porque se não está enganada acha que no Conselho Municipal é feita a aprovação preliminar mas na dúvida pergunta se depois vai para outra aprovação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que não; que vai para outra instância mas que a aprovação do Conselho Municipal é a última. A **Conselheira Maria de Fátima Pinto** disse que sendo a aprovação do Conselho Municipal a última depois o processo vai para outra instância. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que depois vai para outra Comissão, então essa Comissão vai preparar o contrato e que depois vai para a Comissão Bipartite e depois para a Comissão Tripartite. A **Conselheira Maria de Fátima Pinto** pergunta se para a aprovação da Sociedade Civil é a última. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que sim. A **Conselheira Maria de Fátima Pinto** disse que por isso, concordou com a Conselheira Maria José Peixoto sobre essa questão, mesmo porque, depois da aprovação no Conselho Municipal segue para a assinatura. Então diz que os Conselheiros podem até sugerir para serem informados sobre o por que de tanta demora: três, quatro, tantos meses? **Conselheira que não se identificou** disse que um representante do Conselho Municipal vai se posicionar sobre isso. A **Presidenta Fátima Lopes** confirma que um representante irá explicar e a **Conselheira Maria de Fátima** concorda, pois um processo não pode ficar muito tempo parado e causar tantos transtornos. Disse que para evitar isso colocou a sugestão do tempo para os Conselheiros terem tempo de avaliar o processo e só aprová-lo se tiver todos os documentos. A **Presidenta Fátima Lopes** chama o **Conselheiro Adelton Gunzburger** da AP. 4.0 para falar. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que o **Senhor André** da SURCA está se inscrevendo. O **Conselheiro Adelton Gunzburger** disse que antes de falar sobre esse processo todos tem que falar em termos gerais. Disse que se fossem pensar em pegar dos segmentos algumas falhas de alguns Conselheiros, então teriam todos os Conselheiros, sem exceção, chegarem ao Conselho um ou dois dias antes com a finalidade de examinar todos os processos. Que cada processo tem sua

complexidade, então é "brincadeira" acreditar que um Conselheiro tenha a qualificação para analisar os aspectos técnicos e operacionais mas de qualquer maneira pode-se fazer uma avaliação honesta e decente em relação à cada processo. Ressalta que não precisa nem fazer visita porque quando vai visitar esses processos já foram aprovados por um Órgão 'qualquer' da Prefeitura. Isso quer dizer que esse Órgão já deu a primeira qualificação. **Conselheira que não se identificou** diz em voz baixa que é necessário a visita sim. O **Conselheiro Adelton Gunzburger** fala que em relação aos Conselhos Distritais alguns Conselhos em um determinado momento tem Conselheiros mais qualificados que podem analisar e dar um Parecer melhor sobre o processo mas outros Conselhos em determinado momento possuem Conselheiros de menor qualificação. Então não existem em relação a todos os Conselhos uma formação comum a todos os Conselheiros porque tem uma diversificação, tem 'olhares' diferentes mas de qualquer maneira se pode 'olhar'. Disse que irá falar agora sobre o caso específico da AP. 4.0. O processo ficou parado na AP. 4.0 por uns três ou quatro meses. Que a Conselheira Carmen Sandra Portugal ligou e conversou com o próprio diversas vezes. Então pediu ao Secretário Executivo e Conselheiro David Lima para cobrar da presidência do CDS da AP 4.0 o processo até que em determinado momento o processo foi avaliado com o Parecer negativo por força de documentações incompletas. Afirmou que não houve falha da Administração nem do Conselho Municipal de Saúde. Foi uma falha do Conselho Distrital de Saúde da AP. 4.0. Então sugeriu colocar o processo para não ser aprovado ou encaminhar para aprovação. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se quer que o processo retorne para a AP. 4.0. O **Conselheiro Adelton Gunzburger** diz que não e que analisará o processo no Conselho Municipal em nome da AP. 4.0, depois o encaminhará à Mesa. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se quer vistas ao processo. O **Conselheiro Adelton Gunzburger** responde que sim e irá verificar a documentação em função do Parecer da AP. 4.0 e se tiver que trocar. Nesse momento é interrompido pelo **Conselheiro Geraldo Batista** dizendo perguntando se o Regimento vai ser revogado? A **Presidenta Fátima Lopes** diz que não mas que o **Conselheiro Adelton Gunzburger** tem o direito de pedir vistas ao processo. A **Conselheira Maria José Peixoto** pergunta se pode falar. Então disse que esse processo precisa sair de forma correta. Em seguida diz ao Conselheiro Geraldo Batista se pode continuar a falar mas este diz que o processo tem que passar novamente pelo Colegiado. Então a **Conselheira Maria José Peixoto** disse que precisam ler as leis para aprender e que não precisa dar aula para ninguém porque todos são 'grandinhos'. Em seguida disse que os Conselheiros são repetitivos por conta do registro. Disse ainda que quando uma pessoa se propõe a estar na qualidade de Conselheiro significa que se propõe porque quem não sabe aprende. Então os Conselhos existem para evitar, dar oportunidade aos que não são doutores, dar oportunidade aos que não são graduados, dar oportunidade aos usuários do Sistema Único de Saúde de estarem representando os usuários no Conselho. Disse que é preciso acabar com esse poderio, que reza que só quem sabe das coisas é quem tem curso superior. É quem tem isso mas o povo sabe muito mais, pois a sua vivência mostra, sabe muito mais do que muita gente que se acha PHD porque se uns PHD's desses resolvessem os problemas o povo não estaria morrendo. Disse que todos estão no Conselho enquanto Conselheiros com o mesmo pensamento: servir à população. Ressaltou que estar na qualidade de Conselheiro não confere poder, pois é um trabalho muito árduo. Então quando o Conselheiro A ou B não tiver condição porque às vezes o Conselheiro sabe, mas não sabe fazer o relatório, por exemplo. Então para resolver isso tem no Conselho Municipal onde tem grupos, se trabalha em grupos, o próprio presidente tem por obrigação de avaliar isso na Comissão Executiva junto com o grupo da Executiva do Conselho Distrital de Saúde, mas ainda afirma que se viesse o documento recusado pelo Conselho Distrital de Saúde, com toda a sua documentação em dia aprovaria porque o Conselho é o

Órgão máximo, pois é o Conselho Municipal de Saúde que aprova de fato e de direito. Então é preciso que fique registrado que é o Conselho Municipal de Saúde que é o Órgão competente para aprovar. Agora faltando um documento atrasado, com sinceridade que não tem a menor condição de votar. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que não falta nada. **Conselheiro que não se identificou** pergunta se não está faltando. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que o Conselho Municipal de Saúde é dos Conselheiros. A **Presidenta Fátima Lopes** pede a Conselheira para concluir. Então concluiu dizendo que não quer falar de Conselheiro A, B ou C porque isso não a interessa e que não é do seu perfil. Afirma que o seu perfil no Conselho é defender o povo do Rio de Janeiro com atendimento de qualidade e aprovar os processos adequadamente. O **Conselheiro Geraldo Batista** pede Questão de Ordem mas a **Presidenta Fátima Lopes** pediu para aguardar porque o **Senhor André** está inscrito. A **Conselheira Maria José Peixoto** pede a **Presidenta** o favor para concluir sua. Disse que todos tem direito de discordar de si como também tem o direito de discordar de todos mas afirma que está falando algo coerente baseado no direito e deveres dos Conselheiros porque nesse momento o documento estiver em atraso nos autos do processo ou de outros não poderá votar porque não pode votar contrário a regularidade do Conselho Municipal de Saúde às ordens maiores. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta ao Conselheiro Geraldo Batista se a Questão de Ordem se refere ao Regimento. Responde que sim porque no momento em que o Conselheiro Adelton Gunzburger fez a proposta em que ele achou que à Mesa iria acatar, está na seção 5 do Regimento da Comissão de Grupos de trabalho onde diz: “As Comissões receberão às demandas oriundas do Colegiado para a execução das ações pertinentes, todas as decisões das Comissões prevista neste artigo serão levados à homologação do Colegiado do Conselho”, Então o Conselheiro Adelton Gunzburger não pode propor que faça vistas ao processo porque foi isso que o que ele falou: “vou fazer vistas do processo e encaminhar para o Conselho Municipal sem passar pelo Colegiado”. Ressalta que foi isso que ouviu e entendeu. A **Conselheira Maria José Peixoto** confirma que foi isso que foi falado, por isso concorda com o **Conselheiro Geraldo Batista**. A **Presidenta Fátima Lopes** informa que antes do **Senhor André** falar, primeiro irá fazer as trocas da Mesa: O **Conselheiro Wagner Bezerra** substituirá o **Conselheiro Marinaldo Silva**, a **Conselheira Angélica dos Santos** substituirá o **Conselheiro suplente José Carlos**. A **Conselheira Carmen Sandra Portugal** pede para falar mas a **Presidenta** diz que o **Senhor André** falará primeiro. O **Senhor André** assume a palavra desejando uma boa tarde para todos. Fala que todos que lutam no SUS valorizam muito esse espaço do Conselho, seja como Controle Social, seja com a participação da articulação do Profissional e do Gestor, então qualquer participação de vistas, pronunciamentos, pareceres dos Conselhos Distritais e Municipal de Saúde são todas bem-vindas, respeitadas e consideradas com valor pela equipe da CGCCA. Ressalta que é Coordenador da CGCCA, que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, citou como a antiga SURCA. Ele explica, que a CGCCA é um Órgão responsável pela contratualização dos Prestadores que se credenciam ao SUS. Informou que veio para fazer alguns esclarecimentos gerais para todos entenderem um pouco sobre o que se deu nesse processo. Esse esclarecimento também serve para qualquer outro processo de credenciamento que venha a passar pelos Conselhos Distritais. Prosseguiu esclarecendo que todos esses processos se iniciam com um Chamamento Público. a Secretaria Municipal de Saúde. A Gestão identifica uma necessidade da população por algum tipo de Serviço e, então publica o Edital convocando os Prestadores desse tipo de Serviço que queiram se credenciar ao SUS para oferecerem esse serviço à população. A princípio, a Gestão quer o maior número de Prestadores que estejam em situação regular. Ressalta que falou isso para mostrar que não há concorrência porque não se escolhe um Prestador em detrimento de outro só por ele ser mais ou menos qualificado, pois se todos os Prestadores



estiverem atendendo às condições exigidas, então querem todos os Prestadores, para quê? Para que em cada ponto da Cidade tenham um acesso mais próximo da população que precisa daquele serviço. Agora em relação a esse processo existe uma série de documentações exigidas e que são bastante rigorosas em relação à equipe de profissionais, aos equipamentos exigidos, aos documentos fiscais, as certidões trabalhistas, as certidões negativas de débitos junto aos Órgãos Públicos, então tudo isso é avaliado por uma Comissão de credenciamento, então é publicado em Diário Oficial. Disse que participou de várias Comissões, ressalta que tem um setor jurídico, profissionais do controle de avaliação, profissionais da Auditoria. Então num caso específico da documentação, nesse processo por exemplo de reabilitação, dez Unidades tentaram se habilitar, cinco, caso não esteja enganado, 'ficaram pelo caminho', por não cumprirem exigências como da Regularidade Fiscal e dos documentos exigidos, porque isso é rigorosamente examinado pela Comissão de Credenciamento. Em seguida é tramitado para os outros Órgãos: Auditoria e o Conselho Municipal. O **Senhor André** explica o que esperam fortemente do Conselho Municipal nesse sentido. Começa dizendo que o Conselho Distrital certamente conhece a Unidade, conhece o usuário que está lá freqüentando. Por isso, o Conselho Distrital tem essa capacidade de ir ao local para ver se a estrutura é adequada, se a fila está grande, se o usuário está sendo bem atendido, se o usuário está sendo respeitado em relação ao horário do SISREG que foi agendado para esse usuário mas isso não quer dizer que o Conselheiro não deva examinar às certidões porque o que acontece: eles só publicam a habilitação se a Certidão estiver vigente no momento da apresentação porque o Prestador tem a data para apresentar, aí examinam se a data está de acordo, ou seja, se está vigente no dia da apresentação como foi colocado no Conselho Municipal. Ressalta que presenciam essa demora no retorno, pois muitas vezes quando vai ser examinado, 'aquela' data expirou, porque já foi dito que a data vence em 60 dias e às vezes em 90 dias, então independente de ser 'essa' ou qualquer outra Unidade, não seria justo para o Prestador para a Instituição ter o processo prorrogado sendo que o Prestador entregou com a data vigente, mas a demora na avaliação fez com que a data expirasse. Em seguida, o **Senhor André**, diz o que eles fazem em relação a isso porque também são cobrados pelos Tribunais de Contas e pela Procuradoria do Município, então quando Eles vão assinar o contrato, tendo em vista essa demora que já faz parte do processo, então até que o processo venha a ser assinado, Eles exigem novamente essas Certidões e só permitem a assinatura, caso às certidões que tenham expirados estejam com a vigência atualizada. Afirmou que em relação a esse processo fizeram isso e que ainda fazem e farão a mesma coisa com os demais, inclusive porque os seus nomes estão 'lá' e responderão processualmente se não atentarem para esse detalhe. Finalizando fala que deixará no Conselho três propostas. Uma é para que os Conselheiros os ajudarem, pelo menos na questão das datas, que o Conselheiro atente para a data de vigência no momento da Chamada Pública, ressalta que o Conselheiro não pode atentar para o dia em que o processo está sendo analisado, porque obviamente já passou o tempo da data de entrega. Então os Conselheiros podem ajudar muito confirmando com se no momento da publicação no Diário Oficial da Chamada Pública as Certidões estão vigentes, essa é uma proposta. A segunda proposta vai ao encontro de um questionamento, de uma posição que surgiu da Conselheira sobre a capacitação dos Conselheiros. O **Senhor André** disse que vinha conversando com o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima e surgiu uma conversa: "junta lá o nosso setor com a nossa equipe". Então surgiu esse sentimento da necessidade de aproximação com o Conselho, por isso, diz que está colocando a equipe à disposição para combinar um horário regular, um turno mensal ou quinzenal, para que se possa fazer uma roda de conversa, uma capacitação sobre o processo da contratualização: Qual a Legislação que rege, qual é o passo a passo, quais são os documentos exigidos para se iniciar uma troca de conversa sobre esse tema. Por isso, está

colocando a disposição. Logicamente se for do interesse do Conselho esse treinamento na parte de contrato. A terceira proposta é decorrente do que colocou para que esse processo tenha sequência, porque como foi dito aqui, que a população aguarda a regularização dessa prestação de serviço, para que o serviço seja continuado de forma regular; ressalta que estão à disposição sobre qualquer outra dúvida em relação aos contratos. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a **Conselheira Carmen Sandra Portugal** que toma a palavra dizendo a Presidenta que quer complementar o que o Senhor André acabou de falar. Disse que não precisa nem do microfone. A **Presidenta** disse que precisa sim, pois às reuniões do Conselho Municipal são gravadas. Prosseguindo, **Conselheira Carmen Sandra Portugal** já com o microfone diz que o contrato da FAMAD é sobre reabilitação intelectual de crianças de zero a dezoito anos. Informou que colocaram todos os Fisioterapeutas e os profissionais envolvidos para fazer o tratamento do Zika vírus. Então existe uma demanda enorme aguardando há dois meses porque as pessoas estão agendadas para microcefalia. Por isso, foi contratado mais pessoas e que até hoje o contrato não saiu e a demanda é muito grande. Portanto, se os Conselheiros não quiserem aprovar hoje, tudo bem. Ressalta que está falando não na qualidade de Conselheira mas como representante da FAMAD, inclusive irá se abster de votar mas sugere que seja dado um prazo de 72 horas, 'não sei'. Disse para retornar esse processo. Ressaltou que pode levar o processo ou então levam porque tem crianças esperando para serem tratadas. A FAMAD investiu no Profissional em treinamento. A fila está 'lá' no SISREG aguardando para começar a atender mas só por causa disso está ansiosa e reafirma que o pessoal da FAMAD faz um trabalho muito sério. Por isso, gostaria de convidar os Conselheiros para conhecer a FAMAD. A **Presidenta Fátima Lopes** chama o Conselheiro Adelson Gunzburger perguntando qual é a resposta dele para o encaminhamento. O **Conselheiro Adelson Gunzburger** informa que examinou a documentação sobre o que foi questionado no Parecer aprovado pelo Conselho da AP. 4.0. Disse que a documentação está atualizada porque atende o que está solicitado na Chamada Pública. Afirma que se for só pela documentação, o seu encaminhamento é para aprovação. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que a proposta dele é que se encaminhe para aprovação. Depois pergunta ao **Conselheiro Marinaldo Silva** se ele se inscreveu para falar desse ponto. Confirma. A **Presidenta** pede desculpas porque a Conselheira Maria Angélica falará primeiro. O **Conselheiro Marinaldo Silva** diz que está tudo bem. A **Conselheira Maria Angélica** desejou boa tarde a todos dizendo que como membro da Comissão Executiva afirma que todos os processos chegam para a Comissão e depois vão para o Plenário para aprovação ou não. Passam antes pela Comissão para se fazer a análise do relatório que foi lido respeitando sempre o Colegiado do Distrital. Quer ressaltar sobre a responsabilidade do Presidente e do Colegiado com os serviços, com a prestação de serviços porque chega um processo e fica três, quatro, cinco ou seis meses no Conselho Distrital e quem perde é o usuário. Depois o processo chega no Colegiado Municipal. Os Conselheiros não podem assumir a responsabilidade de problemas que não conhecem porque os Conselheiros tem que respeitar a decisão do Colegiado Distrital. Essa é a posição. Disse ainda que compareceu, deu a entender que a Executiva estava dando entendimento mas só que dar entendimento não é a posição dos Membros da Executiva, pois a posição da Executiva é o relatório que foi lido respeitando o Colegiado Distrital. Ressalta que a documentação chegou posteriormente ao Parecer do Colegiado da AP. 4.0. Diz ainda que o Conselheiro Adelson Gunzburger tem o direito de falar sobre isso mas quem vai decidir é o Colegiado Municipal porque é hoje que se vai se decidir sobre o encaminhamento desse processo. Reafirma que a Comissão Executiva trabalha com seriedade respeitando o Colegiado do Distrital porque é o Conselho do Distrital que conhece a realidade da sua área. Então é o Conselho Distrital que tem que responder pelo Parecer dado, se está faltando documentação o Conselho Distrital tem que procurar, porque não é assunto do Conselho Municipal, pois se o Conselho

Distrital aprova faltando documentação a ser acrescentado posteriormente mesmo sabendo da exigência da documentação tinham que dar ciência desse Parecer no Conselho Municipal. Então a Comissão Executiva fez um Parecer como foi aprovado individualmente a cada processo. Por isso, acabaram observando o que o Colegiado da AP. 4.0 deixou passar, pois posteriormente chegaram documentos. Então isso é um esclarecimento porque todos estão em defesa do SUS, do serviço, da melhor assistência ao Usuário de forma idônea. Ressalta que estão tristes porque quem está perdendo é o usuário mas todos entendem que esse serviço já está sendo prestado. A Instituição está tendo prejuízo porque não está recebendo por esse serviço. Então a responsabilidade é do Distrital. A **Presidenta Fátima Lopes** chama o **Conselheiro Marinaldo Silva** que toma a palavra desejando uma boa tarde para todos. Fala que pelo que conseguiu entender os Conselheiros terão que aprovar algo que está certo mas que foi dito que está errado. É isso? **Conselheira que não se identificou** responde que não mas o **Conselheiro Marinaldo Silva** reafirma que entendeu isso porque a documentação do processo está correta mas a Distrital deu o Parecer incorreto ao dizer que não tinha documentação mas a documentação foi posteriormente anexada ao processo e o Parecer permaneceu. Por isso, o processo não está devidamente seguindo o trâmite. Ressalta que a questão essa porque o processo não estando devidamente seguindo os trâmites, então não se pode aprovar por isso. Acha que se existe uma urgência para os serviços poderem ser prestados ou a empresa recebe pelo que já fez, então que esse trâmite seja feito em caráter de urgência porque quando precisamos fazer uma coisa para ontem, fazemos. Então que seja refeito trâmite com urgência para que seja refeito isso. Que na próxima sessão do Plenário esse processo retorne para aprovação. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** tem uma Questão de Ordem Regimental. A **Conselheira Maria José Peixoto** pede para ver o processo porque ficou confusa. A **Presidenta** informa que pode pedir vistas. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que em primeiro lugar só para esclarecer o processo está com toda a documentação em dia. Isso é um ponto. Segundo ponto: antes de começar ressalta que não falará sobre o Regimento mas sobre Lei 5.104, pois a Lei 5.104 em seu artigo quinto, inciso oito, da sessão dois dos Conselhos Distritais diz: 'Colaborar com o CMS/RJ no caso é o Conselho Municipal de Saúde, na fiscalização dos contratos e convênios firmados pelo SUS, que é o que trata o processo, emitindo pareceres à respeito e encaminhando-os à consideração do Conselho Municipal de Saúde. Então quando se traz o processo para o Conselho na qual a Ata do Conselho Distrital reza que não aprovou porque estava com documentação incompleta mas mesmo assim, embora todos tenham entendimento de que na Questão da documentação existe pleno acordo com o Senhor André da CGCCA, mas mesmo assim junta-se toda a documentação, ou seja, corrige o processo mesmo sem isso o Colegiado Municipal tem o direito, sem estar passando por cima do Conselho Distrital algum porque está seguindo estritamente o que reza a Lei e o Conselho Distrital em momento algum tem interesse em prejudicar a população de sua área, inclusive duvido disso porque como o Conselheiro Adelson Gunzburger falou que foi ao Secretário Executivo e Conselheiro David Lima cobrá-lo. Então quando o Conselheiro Adelson Gunzburger apresentou o processo com a documentação vencida, este respondeu que se colocasse os documentos não teria problema porque iria resolver isso para a Executiva. Então existe acordo com o Conselho Distrital, inclusive o representante da AP. 4.0 já falou isso, que os Conselheiros aprovem o processo porque não há o que questionar. Reprovar seria apenas uma medida burocrática de atraso, pois em vez de todos ajudarem estariam prejudicando não só o Conselho Distrital mas a população da área da AP. 4.0. A Lei dá garantias ao Colegiado Municipal para aprovar ou reprovar qualquer processo, estando o mesmo aprovado ou reprovado pelo Conselho Distrital. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz ainda que sente muito mas o Colegiado do Conselho Municipal não é um mero

carimbador, pois o Colegiado Municipal pode discutir já que tem o conhecimento da cidade toda. Então pode achar que aquele procedimento ali está a mais para a cidade, que não precisa, embora tenha sido aprovado ao chegar ao Conselho Municipal pode ser reprovado. Essa Instância pode agir assim de acordo com a Lei. Disse aos Conselheiros que retornar o processo seria meramente uma questão burocrática e de atraso, pois os Conselheiros estão apoiados na Lei finalizando seus esclarecimentos. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que irá fazer um encaminhamento e colocar em votação. A **Conselheira Maria José Peixoto** pede a palavra. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que a proposta é aprovar o processo. A **Presidenta Fátima** diz que a **Conselheira Maria José Peixoto** irá fazer uma proposta porque depois de ter pedido vistas ao processo dará o seu encaminhamento. Disse que primeiro que deseja registrar mais uma vez que o Plenário só deve votar em processo que esteja tudo correto e perfeito. Que estava avaliando o processo e viu escrito: "depois do Parecer", então dá um exemplo: Se o Conselho Distrital faz um Parecer negativo e o Conselho Municipal na hora da discussão e votação percebe que a técnica para essa atividade é irregular. Então fala para o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima dizendo que os Conselheiros não irão passar por cima, pois o Conselho Municipal está acima dos Conselhos Distritais de Saúde. Então o Conselho Municipal vai se pronunciar com voto favorável porque o Conselho é Municipal e está acima dos Conselhos Distritais. Disse que não tem nenhum pudor em falar isso porque foi Presidenta da AP. 2.1, então sabe muito bem que está falando. Disse ainda que quer falar sobre outro assunto que é quando se afirma que a documentação está em dia. A parte da documentação está em dia mas o que falta é o documento da Fazenda que venceu em 01/01/2016. Então como este é o mês de julho se está no sétimo mês mas como se trata da Fazenda, se trata do INSS, se trata de documentação em relação a Fazenda. Depois diz que concorda com o que o Conselheiro Geraldo Batista disse mas ressalta que os Conselheiros precisam ter responsabilidade, pois quando se assume um cargo de Conselheiro assume também a responsabilidade, então quando os processos chegarem dos Conselhos Distritais que seja feito imediatamente as visitas técnicas, mas isso não quer dizer que precisa ser uma pessoa que só trabalha com aquele setor, pode ser um usuário sim, pode ser dois usuários e mais um gestor. Enfim pode fazer isso sim. A **Presidenta Fátima Lopes** pede que conclua apresentando a proposta. A **Conselheira Maria José Peixoto** fala que está afirmando no Conselho que o documento da Fazenda já está no sétimo mês, ou seja, está desatualizado pois não tem outro nos autos. disse que é o último do processo e quem quiser pode ver. Disse ainda que foi expedido em Janeiro de 2016, então a sua proposta é muito clara. Lamenta que a Conselheira Carmen Sandra Portugal que também é a representante da Instituição FAMAD, venha defender pois acha que é um direito. Afirma que também é contra que a população fique sofrendo, que as Instituições gastem dinheiro, pois é contra isso, mas só pode votar mediante a apresentação de toda documentação regularizada. Ressalta que não é contra nenhuma Instituição, pois ninguém defende mais o povo da Cidade do Rio de Janeiro do que ela, ou seja, estão todos no mesmo barco defendendo o pobre oprimido que não tem onde ser atendido. A **Presidenta** agradece. **Conselheira que não se identificou** pergunta qual é a proposta. Inicia-se um "burburinho" no auditório. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa a **Conselheira Maria José Peixoto** que está no processo o documento recente da Fazenda. A **Presidenta Fátima Lopes** pede calma aos Conselheiros dizendo que irá fazer um encaminhamento. Fala que todos os Presidentes dos Conselhos Distritais seja Presidente ou não mas que tem seu representante já estão cansados de ver isso. A **Conselheira Maria José Peixoto** interrompe a fala da Presidente para dizer qual é a sua proposta. A **Presidenta** pede para que aguarde mas a **Conselheira Maria José Peixoto** interrompe novamente dizendo a **Presidenta** que foi chamada para ver algo e quer falar. Inicia-se novo "burburinho"

no auditório. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz a todos que quer se ‘curvar’, pois tem condições para fazer isso porque sabe quando perde e ganha e quando está errada ou está certa. Afirma que está nos autos. Ressalta que não viu mas outra Conselheira lhe mostrou o documento da Fazenda mais recente. Por isso, o processo está apto a ser votado e pede a todos para votarem. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** informa que vai encaminhar mas antes continuará o que estava falando. Retomando a palavra disse que todos os Presidentes, as Comissões e seus Conselheiros sabem avaliar o processo mas discorda dessa fala porque é Presidente da AP. 3.1 e não deixa passar nada mas tem alguns Presidentes Distritais que seus Conselheiros tem que parar de visualizar o conteúdo do processo, não ficar observando o que e para que. Retornando ao assunto do encaminhamento, diz que estão normatizando porque a Conselheira não sabe se o Presidente que também era o Secretário não tinha muita coisa sobre isso mas ressalta que como é usuária se sente no direito de explicar. Então fala que “essa Presidenta e este Executivo estão trabalhando da seguinte maneira”: chama então a Conselheira Maria José Peixoto informando que já está encaminhando. Diz que avaliaram o processo mas comunica que não é da parte deles examinar documentos vencidos, tal como a Conselheira Maria José Peixoto relatou no Conselho, pois existe um Órgão que é a CGCCA encarregado de fazer isso. Disse que quando encaminham a aprovação do Conselho colocam com ressalva para esse Órgão :”só pode assinar este contrato com isso, isso e aquilo”. Então o pessoal da CGCCA tem que fazer isso, pois caso não façam o processo não será assinado porque a Executiva irá bloquear. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que não é assim. A **Presidenta Lopes** pede calma e diz que chegará lá. Retomando o assunto disse que essa é uma questão que estão sintetizando. Que avaliaram o processo e ressalta que a Conselheira Maria Angélica falou isso e ninguém entendeu. Então avaliaram e viram que tinha documentos vencidos. Comunicaram ao Órgão S/SUBGERAL/CGCCA. O Órgão ligou para a Instituição e a Instituição entregou imediatamente os documentos atualizados. Por isso, foi trazido os processos à Mesa porque sabiam que não ia ter polêmica. A **Conselheira Maria José Peixoto**, diz não saber porque a Mesa leu o Parecer da Distrital. A **Presidenta Fátima Lopes** pede calma e responde que errou junto com a Comissão Executiva. Então irão fazer isso ao atender e ao ler e não aprovar a palavra ‘não’ iria polemizar porque tinha certeza do que a Conselheira Maria José Peixoto falou. A **Presidenta Fátima** ressalta que vão continuar a trabalhar dessa forma, examinarão um processo da AP mas se estiver faltando a parte documental e visita, então irão comunicar ao Órgão (CGCCA) e a Executiva irá providenciar para que isso seja visto só que será com outra fala, não será lido o Parecer do Órgão mas sim o Parecer da Executiva do Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que assim está certo. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se pode colocar em votação o processo da FAMAD. A **Conselheira Maria José Peixoto** brinca ao dizer que a Executiva fez um teste com o Plenário. A **Presidenta** responde que o teste foi feito para ver se o usuário também está atento. **Conselheira que não se identificou** diz que isso não justifica que a Plenária deixe de ter o direito. A **Presidenta Fátima Lopes** interrompe dizendo que não está invalidando a opinião de nenhum Conselheiro. Afirma que só deu um esclarecimento, pois disse que a Presidenta e a Executiva iria trazer isso para os Conselheiros. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que entendeu e afirma o que a Presidenta disse está certo. Por isso, irá votar consciente. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação o processo da FAMAD perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. A **Presidenta Fátima Lopes** informa ao Pleno que o processo da FAMAD foi aprovado pela maioria simples com três abstenções. Em seguida pergunta se pode avançar na pauta agradecendo. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para a análise do processo **09/002015/2015**: “Trata-se de habilitação de onze Leitos de UCINCO (Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional) e quatro Leitos de UCINCA

(Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru) do Hospital Municipal da Mulher Mariska Ribeiro, CNPJ: 29.468.055/0001-02, localizado na Praça Primeiro de Maio s/nº na Avenida de Santa Cruz, Bangu. Em conformidade com a Portaria Gm/MS nº 930 de 10 de maio de 2012, os autos estão incluídos às folhas 217, 219 com relatório de Inspeção Sanitária descrevendo às especificações do UCINCO e da UCINCA. Os autos estão ainda incluídos nas folhas 281 com a informação do Coordenador da S/SUBGERAL/CGCCA informando o cumprimento das pendências. Processo aprovado na reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 5.1, dia 04/07/2016, conforme a data às folhas 284 da lista de presença da reunião que aprovou. Encaminhado à Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação. Em seguida a **Presidenta** coloca em votação perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado por pela maioria simples sem nenhuma abstenção. A **Presidenta Fátima** passa para o próximo processo, **09/002633/2015**. “Trata-se de Chamamento Público n.º 006/2015 a ser realizado pela Clínica Nova Guanabara Ltda, CNPJ: 34.030.742/0001-81, localizado na Rua Uranos nº 1.461, Olaria, Rio de Janeiro para prestação de serviços de Fisioterapia, conforme relato das folhas 116 pela Comissão de Visita realizada em 09/03/2016; deliberado pelo Colegiado da AP. 3.1 após visita "in loco", foi constatado ser adequadas às pendências internas aos serviços entre outros fatores pelo motivo pelo qual o processo em tela foi aprovado em 18/05/201 na Plenária do CDS da AP. 3.1. O Processo foi aprovado conforme nova visita realizada de acordo com o relatório apresentado, este relato foi favorável com restrições que não impedem a renovação do contrato para prestação de serviços de fisioterapia. Encaminhado à Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação da Deliberação do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.1”. Em seguida a **Presidenta** pergunta se pode colocar em votação. A **Conselheira Maria José Peixoto** pergunta para a **Presidenta** que restrições são essas porque os Conselheiros vão votar sem saber sobre essas restrições. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que isso está escrito no Parecer, explica que se trata de uma restrição do fluxo do atendimento porque os pacientes estavam aglutinados no corredor, então os Conselheiros foram fazer visita e explicaram isso a direção da Unidade. Então foi providenciado a colocação de cadeiras para os pacientes sentarem e ficarem aguardando a vez de cada um ser atendido. A **Conselheira Maria José Peixoto** pede para fazer um comentário. Disse que se foi feito a solicitação para atender as necessidades da clientela para que não ficassem em pé mas sentados. Então não deveria constar no Parecer? O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** concorda que no Parecer deveria constar isso sim. A **Conselheira Maria José Peixoto** explica que ‘restrições’ no plural dá a entender que é mais um corredor, mais uma sala, são outros serviços que ainda estão aguardando algo. Disse que na qualidade de Conselheira do Conselho Municipal de Saúde gostaria que os Pareceres sejam claros, objetivos e corretos, ou seja, não tenham interrogações, porque isso a impede de votar porque não pode votar em um processo que tem restrições. A **Presidenta Fátima Lopes** fala que a palavra restrições no plural só se referia a isso, mas na hora da explicação pronta. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz para a **Presidenta Fátima Lopes** que já explicou qual era a restrição. A **Presidenta Fátima Lopes** concorda e coloca em votação, perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado pela maioria simples com cinco abstenções. A **Conselheira Maria José Peixoto** afirma que quer declarar porque se absteve. Começa um novo "burburinho" no auditório e a **Presidenta** pede calma e concede a solicitação a Conselheira para dar sua explicação. A **Conselheira Maria José Peixoto** fala que quando um Conselheiro se abstém de votar e pede declaração de voto, esse Conselheiro tem o direito de se expressar depois da votação e não antes. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que o tempo é até um minuto. Prosseguindo, a

**Conselheira Maria José Peixoto** responde que não vai levar nem um minuto para se expressar, depois diz que quer repetir o que falou antes quando fizerem um Parecer saiba se expressar e registrar, pois o registro e o voto dos Conselheiros ficam depois o processo tem um problema mais na frente e os Conselheiros que vão ter que responder. Por isso está votando com abstenção e declaração de voto para que não responda posteriormente. A **Presidenta Fátima** afirma que está tudo bem e afirma que irão reformular a escrita. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que se algum Conselheiro quiser aprender, então que aprenda com ela agora. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o próximo processo, **09/004195/2015**: “Trata-se de Chamada Pública nº 007/2015 a ser realizado pela Clínica GAMEN - Grupo de Assistência Médica Nefrológica Ltda. CNPJ: 28.248.219.0002-04, localizado na Rua Dr. Bulhões nº 947, Engenho de Dentro – RJ para prestação de serviços em Terapia Renal Substitutiva às folhas 99, conta Termo de Juntada, certificado, inclusão de Documentos nos Autos. Processo aprovado na reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.2 realizada no dia 15/06/2016, conforme Ata às folhas 135 e lista de presença da reunião que o aprovou. Encaminhar para a Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação”. A **Presidenta** coloca em votação perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado por pela maioria simples com duas abstenções. **Presidenta Fátima Lopes** passa para outro processo, **09/004215/2015**: “Trata-se de Chamada Pública nº 007/2015 a ser realizado pelo Centro Nefrológico Carioca. CNPJ: 68.612.266/0001-29, localizado na Rua Licínio Cardoso nº 376, São Francisco Xavier – RJ, para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva. Processo aprovado na reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.2, realizada no dia 15/06/2016, conforme Ata às folhas 409 e lista de presença da reunião que o aprovou. Verificado além do supracitado pela Comissão Executiva do Conselho a regularidade da documentação apresentadas: Instituição Principal; Cartão CNPJ; Certidão Negativa de Dívida Ativa; Certificado de Regularidade; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Relatório de Inspeção da Vigilância Sanitária; Relação da Equipe Técnica; Declaração de Procedimentos Mínimos e Máximos ofertados pelo SUS; Certidão de Regularidade Fiscal e Certidão Negativa em Inclusão de Dívida Ativa. Isto posto a Comissão afirma o Parecer positivo de aprovação do processo”. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado por pela maioria simples. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o processo **09/004201/2015**: “Trata-se de Chamamento Público nº 007/2015 a ser realizado pela Clínica de Nefrologia e Diálise Santa Teresa Ltda – CLINEF. CNPJ: 27.194.398/0001-09, localizado na Rua Lucena nº 160, Olaria – RJ, para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva. Processo aprovado na Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.1 realizada no dia 15/06/2016, conforme Ata às folhas 610 e lista de presença da reunião que o aprovou. Encaminha à Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação”. A **Presidenta** coloca em votação perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado pela maioria simples. A **Presidenta Fátima Lopes** faz a leitura do processo **09/004200/2015**: “Trata-se de Chamamento Público nº 007/2015 a ser realizado pela UNI RIM Nefrologia Ltda. CNPJ: 30.713.051/0001-21, localizado na Rua do Cajá nº 110, Penha – RJ, para Prestação de Serviços em Terapia Renal Substitutiva segundo o modelo assistencial do SUS, com estabelecimento de metas quantitativos e qualitativas visando a atenção à Saúde na prestação de Serviço integral e humanizada à Saúde dos usuários do SUS de acordo com a Pactuação estabelecida. O Aprimoramento da Gestão é implantar e implementar processos para melhoria contínua da qualidade de assistência prestada e o aperfeiçoamento dos Profissionais, aprimorada a capacitação do corpo Profissional. Processo aprovado na reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 3.1 realizada



no dia 15/06/2016, conforme às folhas 110 e lista de presença da reunião que o aprovou. Encaminhado à Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação”. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado pela maioria simples com uma abstenção. A **Presidenta Fátima Lopes** faz a leitura de outro processo: **09/004755/2015**: “Trata-se de descredenciamento junto aos SUS do Instituto Doutor Francisco Spinola – IDFS. CNPJ: 72.386.212/0001-60, a pedido do próprio Instituto. Conforme informação prestada às folhas 05 a 09 do processo Administrativo, todos os pacientes foram removidos, encerrando suas ações em 29/09/2015. Aprovado o descredenciamento do Instituto Doutor Francisco Spinola na reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP.4.0 realizada no dia 28/05/2016, conforme Ata às folhas 11 e lista de presença da reunião que o aprovou. Encaminhado à Plenária do Colegiado do Conselho Municipal de Saúde com Parecer positivo desta Comissão Executiva para aprovação”. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação, perguntando quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Processo aprovado pela maioria simples. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que se abstém. Por isso, quer declarar o seu voto. A **Presidenta** responde que está tudo bem. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que não entendeu o que é a Terapia Renal. Por isso se absteve. Disse que vai se informar sobre Terapia Renal para no próximo processo votar consciente. A **Presidenta** agradece a participação e depois de esclarecida por outros Conselheiros a **Conselheira Maria José Peixoto** pede para tornar sem efeito o que acabou de falar, pois entendeu no final. Por isso, quer votar e suprimir a abstenção para que isso fique registrado em Ata. A **Presidenta Fátima Lopes** concorda. **Conselheira que não se identificou**, diz em voz baixa que o processo foi aprovado por unanimidade. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala para a **Presidenta** que o Conselheiro Júlio Noronha tem um esclarecimento para dar. A **Presidenta Fátima** fala para todos que há uma solicitação para inversão de pauta sugerida pelo **Conselheiro Júlio Noronha**. Ele toma a palavra e explica porque solicitou a inversão de pauta porque os profissionais de Bonsucesso irão falar sobre EADES, porque é a questão do EADES que interessa ao Gestor ao Profissional e a população, porque existe um déficit de mais ou menos sete mil leitões públicos na Cidade do Rio de

Janeiro. Por isso, não tem dúvidas que o serviço de desospitalização tem procurado os doentes que não tem mais indicação de internação, então tem que preparar a família e o doente para tirá-lo da internação, não só no Hospital de Bonsucesso como em várias Unidades. A **Presidenta Fátima Lopes** fala que ele tem que solicitar a inversão de pauta para dar continuidade. O **Conselheiro Júlio Noronha** responde que está tentando explicar isso. A **Presidenta Fátima Lopes** pede que ele solicite a inversão de pauta. O **Conselheiro Júlio Noronha** diz que quer solicitar a inversão da pauta. A **Presidenta** coloca em votação e pergunta ao Colegiado se concorda com a inversão de Pauta, todos respondem que sim. A **Presidenta Fátima** fala que a pauta foi invertida, ressalta que o ponto seis da pauta está sendo falado agora na frente dos pontos: três, quatro e cinco, depois pergunta quem é o palestrante, o **Conselheiro Júlio Noronha**, responde que é o **Enfermeiro Luciano**. A **Presidenta Fátima** diz para o **Enfermeiro Luciano** fazer uso da palavra, o **Conselheiro Júlio Noronha** intervém dizendo que acha que isso é importante para todos, porque várias AP's do Município trabalham muito bem nessa questão de distribuir fraldas, material, pois tem pacientes que vão para suas casas ficar com seus familiares, então acha que com isso teria que ser uma discussão profissional para tentar nesse momento em que vive o Rio de Janeiro, procurar fazer a melhor coisa para a população. Ele se despede agradecendo a **Presidenta** e a todos. A **Presidenta Fátima** agradece a participação Dele. Segue-se conversas paralelas enquanto está sendo preparado o slide e o telão, depois de tudo pronto o **Enfermeiro Luciano** deseja boa tarde para todos, ressalta que é enfermeiro da



Prefeitura do Rio há quase 20 anos, fala que desde 2009 está trabalhando no Ministério da Saúde no Hospital Federal de Bonsucesso, depois fala que quando começou a trabalhar em 2009, Eles ainda ofereciam um serviço de atenção domiciliar, era um Serviço que pensava na substituição do Serviço Hospitalar por um Serviço que pudesse fazer com que os pacientes e as famílias que não tivessem mais necessidade de hospital, pudessem ter um atendimento de qualidade em seu domicílio, só que algumas coisas aconteceram 'no meio do caminho' e mudou muita coisa. O **Enfermeiro Luciano** diz que foram convidados insistentemente pelo **Conselheiro Júlio Noronha**, porque Eles estão fazendo um trabalho com grande esforço dentro do Hospital Federal de Bonsucesso, então precisam de ajuda e parceria com a sociedade. Por isso, acha que o Conselho Municipal de Saúde seria o local ideal para exporem as dificuldades que tem para oferecer um serviço de qualidade para a sociedade, além disso, tentarem discutir Pautas para tentar melhorar o serviço, por isso que o tema dessa conversa seria: "Ampliando a Rede e estabelecendo parcerias, entre o EADES e o Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro". Em seguida, para que todos saibam o que está falando explica que a sigla do EADES significa: **Equipe de Apoio à Desospitalização e Educação em Saúde**. O **Enfermeiro Luciano** diz para que todos terem entendimento do que estão falando, ressalta que as idéias iniciais sobre desospitalização surgiram logo depois da segunda guerra mundial na Grã-Bretanha, porque os hospitais estavam com muitos pacientes em sofrimento mental por causa da guerra, com isso não tinham espaços para os que precisavam ser operados ou terem alguma intervenção aguda de urgência. Em 1955 a idéia da desospitalização chega a Itália e é ampliada pelos defensores da reforma psiquiátrica Italiana, aonde a desospitalização não poderia ser apenas uma saída do paciente do hospital, mas era necessário pensar na família, na rede de apoio e na independência do paciente da Instituição Pública ou do Estado. Em 2004 a idéia da desospitalização dentro de um processo mais amplo, social, vem para o SUS através dos pensadores da reforma psiquiátrica e 'entra' para o paciente crônico através da política nacional de humanização, só em dezembro de 2013 é que surgiu a política nacional de Atenção Hospitalar, aonde processos de desospitalização estão incluídos dentro do escopo dos hospitais, mas ressalta que isso não é uma realidade para todos os hospitais públicos e privados do Brasil. O **Enfermeiro Luciano** explica um pouco sobre o que é EADES e como Eles começaram, fala isso para todos entenderem porque o pessoal do EADES está no Conselho. Em 2006 o Ministério da Saúde fez um convênio com a Secretaria Municipal de Saúde para poder desenvolver o Projeto piloto da Atenção ao Idoso, na época era chamado de "Programa de Atenção Domiciliar", o Ministério da Saúde entrava com: os Profissionais, com o carro, gasolina e a Secretaria Municipal de Saúde entrava com o espaço na CAP 3.1, exames e medicamentos essenciais. Em 2010 surge o PADI, esse Projeto piloto que começou em 2006 através de um Convênio entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, o Projeto é melhorado surgindo o Programa de Atenção do Idoso da Prefeitura do Rio de Janeiro, a consequência é que o Serviço de Atenção Domiciliar Federal que tinha esse rol de profissionais trabalhando, passou a não ter esse rol porque esse rol passou a trabalhar na Prefeitura do Rio de Janeiro, então os SADIS federais acabaram sendo prejudicados pelo número de Profissionais que atuavam, ou seja, a sociedade acabou sendo prejudicada, porque o volume de pacientes que Eles atendiam passaram a não dar conta. Em 2011 surge uma Portaria 2.029 que institui os Serviços de Atenção Domiciliar no Brasil, com isso faz com que o financiamento que antes tinha para os SADIS Federais passam a ser exclusivos para os fundos Municipais de Saúde, ou seja, em 2010 Eles perderam os Profissionais e em 2011 perderam o financiamento, pois o Ministério da Saúde deu ordem a Eles para que não fizessem mais a Atenção Domiciliar, mesmo estando com um quantitativo grande de pacientes nessa situação sobre responsabilidade Deles. O **Enfermeiro Luciano** afirma que foram evoluindo no Serviço, alguns hospitais federais

continuaram oferecendo a partir do seu próprio orçamento, o Serviço de Atenção Domiciliar, mas o Pessoal do Hospital Federal de Bonsucesso, não, reafirma que não oferecem mais o Serviço de Atenção Domiciliar, mas trabalham com um Serviço específico de processo de desospitalização, Ele chama atenção para a palavra 'processo', porque desospitalização não é um evento, a alta hospitalar é um evento, mas o processo de desospitalização é algo longo e contínuo. Em 2015 um grupo de Profissionais dos Hospitais Federais e dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, diante da precariedade das condições de trabalho e diante da necessidade desse Serviço para a população, resolveram se reunir e formar uma Câmara Técnica para discutir políticas de desospitalização para o Ministério da Saúde e em consequência, para todos o SUS. Esse movimento dos Profissionais cresceu, em 2016 chegaram duas pessoas de Brasília para que Eles pudessem instituir oficialmente essa Câmara Técnica, para começarem a pensar em como irão melhorar os processos de desospitalização que estão acontecendo nos Hospitais Gerais no Brasil. Depois diz o que Eles fazem especificamente enquanto desospitalização, que é diferente da Atenção Domiciliar que também é um mecanismo que favorece o processo de desospitalização, mas não é um mecanismo de desospitalização intra-hospitalar. Eles trabalham captando e incluindo, tanto às famílias quanto os grupos sociais relacionados aos pacientes nos processos de decisão de procedimentos de Saúde dentro do hospital. O **Enfermeiro Luciano** diz que o segundo ponto, é que Eles constroem Redes de Atenção à Saúde de referência para cada necessidade de cada paciente que é atendido por Eles. Então quais são as Unidades de Saúde ou as equipes de Saúde ou Serviços de Saúde, que esse paciente que vai sair do hospital, vai precisar quando for para casa, onde Eles estão e como Eles incluem esses pacientes nessas Redes. Ele passa para o terceiro ponto: Educação do Cuidador Familiar e a educação do próprio paciente em relação ao se auto cuidar, então Eles trabalham nesses três linhas de trabalho que estão representadas graficamente (pelo Slide no Telão), um processo de captação onde Eles identificam quem é a família, quem são os sujeitos relacionados a essa família, a esse paciente, então incluem Eles no processo de decisão, num processo de Saúde dentro do hospital e 'para fora' também, onde Eles fazem as Redes de Atenção à Saúde e onde Eles fazem a transferência desses cuidados com responsabilidade. Ele ressalta que no processo que Eles irão chamar mais atenção, que é processo que Eles acreditam que no Conselho é o lugar para discutir sobre esse processo, é o Macroprocesso de estabelecimento de Redes, mas lembrando que Eles não oferecem o Serviço de Atenção Domiciliar. Por isso, precisam da Rede de Atenção Domiciliar dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Então como é que Eles entram em contato com essa Rede e como estabelecem essa Rede, isso é feito cumprindo as várias etapas ou esses vários subprocessos, como Identificação: O paciente é soropositivo, tem HIV, então vai precisar de ser cuidado por uma Atenção Secundária; o paciente tem hipertensão, então vai precisar estar num Posto de Saúde; o paciente é acamado e totalmente dependente, então vai precisar de uma Atenção Domiciliar. Então Eles irão identificar a partir da necessidade do paciente, quais são as Redes que o paciente vai precisar. O **Enfermeiro Luciano** diz que o segundo movimento que eles fazem é o estabelecimento 'desse' contato, Eles vão na SUBPAV quando é o Rio de Janeiro ou ligam para as Secretarias de Saúde dos outros Municípios, aí tentam saber quais são essas equipes e estabelecimentos que vão dar suporte para as necessidades desse paciente. Então estabelecendo esse primeiro contato Eles fazem uma formalização por e-mail, porque precisa estar escrito já que não adianta ficar só no contrato de 'fio de barba', então fazendo essa formalização Eles produzem um Documento chamado RAS, o qual entregam na mão do familiar, e que serve às vezes, para 'abrir as portas' nessas unidades de referências que Eles já identificaram. Quando da Alta, Eles encaminham esse paciente para esses locais onde será atendido através de uma ligação: "O Paciente está saído de alta hoje, tem condições de fazer uma visita domiciliar daqui a 24 ou 48 horas". Ele explica que é

mais ou menos isso que fazem. Monitora por meio de uma ligação que Eles fazem para a casa do paciente para saber se a equipe foi lá na casa do paciente, se o paciente foi inserido no programa diabetes; no programa de hipertensão e assim por diante, mas também Eles fazem às manutenções, mas como é essa manutenção? Eles saem do Hospital Federal de Bonsucesso vão até essas equipes, saber dos problemas que essas equipes enfrentam, qual é o perfil do paciente que essas equipes podem atender, como funcionam esses fluxos, qual é a melhor de encaminhar esses pacientes para que possam ter realmente a garantia desse atendimento depois de sair do Hospital Federal de Bonsucesso, mas só que isso não funciona 'as mil maravilhas' como na teoria, pois na prática Eles tem vários problemas. Segue-se um slide na qual o **Enfermeiro Luciano** faz a descrição: "Esse aqui é o modelo do documento que a gente encaminha para à família e que essa família usa para se comunicar com essas equipes, tem um pequeno mapa da onde é a equipe de Estratégia de Saúde de referência ou de Atenção Primária de referência desse paciente; o nome do médico; o nome do Agente Comunitário de Saúde; telefone de contato; e se Ele tem que fazer inscrição em algum outro tipo de estabelecimento de Saúde para ter direito a algum outro tipo de Serviço". Um dos grande problemas que Eles enfrentam é a falta da Rede, a falta da oferta de Serviço, ressalta que ontem Ele fez um mapa usando o CNES e também ligando para a Secretaria, só para todos entenderem a Rede, tanto de Agentes Comunitários de Saúde como a Estratégia de Saúde da Família, como de PADI. Segue um slide. O **Enfermeiro Luciano** afirma que trouxe as Normas que regulamentam esse dimensionamento, a Regra, o quantitativo que seria ideal, ou seja, para o Rio de Janeiro deveria 8.427 Agentes Comunitários de Saúde, mas Ele só tem 6.192 o que dá cerca de 73% do que deveria ser a cobertura. Ele deveria ter 1.580 equipes de Estratégia de Saúde da Família, mas só tem 1.032 que é cerca de 65% de cobertura e no Programa de atenção Domiciliar do Idoso, que na verdade não é só para o idoso é para qualquer cidadão de qualquer idade. Ele deveria ter 63 equipes mas só tem 16 equipes funcionando, com isso Ele chega a cerca de 25%, mas ainda falta 75% no Rio de Janeiro em Geral, na Secretaria Municipal de Saúde. Ele diz que enfrentam problemas nessa articulação com Redes, então trouxeram esses problemas porque acham que é lugar certo para discutir esses problemas que dificultam a sociedade é o Conselho Municipal de Saúde, por exemplo: "Eu entro no SUBPAV, tenho o número de celular e esse número está errado, já mudou, às vezes fico dois dias tentando achar esse número e o paciente precisa ir embora porque senão vai pegar uma infecção hospitalar, ou, o telefone está certo você liga e o telefone chama e ninguém atende, aí tem que ligar para a CAPS de referência para falar com o DAPS (**Divisões de Ações de e Programas de Saúde**), para o DAPS entrar em contato com o telefone celular do Gerente daquele lugar para saber o que está acontecendo, às vezes nem o telefonema do DAPS o Gerente atende". Gerente inacessível. Ele afirma que já tiveram recusa de falar com o Gerente, porque o Gerente era um Diretor de Unidade, mas achava que na posição hierárquica que ocupava não teria o direito de falar com um Profissional de Saúde da ponta, mas só com o Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso, isso para resolver um problema de acesso que é uma obrigação do Município. Ele diz que outro problema que enfrentam é o próprio trabalhador desinformado, muitas vezes quem atende o telefone não sabe de quem é a responsabilidade para resolver 'tal' problema. Então pede para ligar depois ou fala que vão te ligar depois, mas não ligam, com isso se perde dois dias podendo resolver logo num telefonema e não consegue. Ele afirma que às vezes Eles não tem cobertura da equipe, mas às vezes tem a cobertura da equipe mas Eles não tem a cobertura do Serviço, por exemplo, o Programa de Atenção Domiciliar do Idoso do Município do Rio de Janeiro, não atende criança em sua maioria, não atende paciente dependente de oxigênio, como fazer com esses pacientes, como fazer com esses cidadãos, aí seria a segunda parte (**mostrada no slide**) 'não atende determinado perfil', diferente de outros Programas de Atenção

Domiciliar, então o **Enfermeiro Luciano** cita como exemplo: A Atenção Domiciliar de Angra dos Reis que inclusive faz transfusão sanguínea; a Atenção Domiciliar de São João de Meriti que tem uma equipe só de Fisioterapeutas Respiratórios, sem precisar de judicializar, disponibiliza em menos de 48 horas o oxigênio domiciliar, se esse paciente é grave vai para a UPA e essa equipe vai na UPA olhar o paciente, mesmo não estando em seu domicílio. Ele diz que são dois exemplos básicos que colocou, mas diz que eles tem ainda um outro problema, por causa da gestão plena do sistema que agora mudou, não é mais isso que Eles falam. Eles perderam o acesso ao Sistema Municipal de Regulação, então para que consigam solicitar uma Atenção Domiciliar para um Cidadão que está no Hospital Federal de Bonsucesso, Ele precisa que essa família vá primeiro até a Unidade de Saúde de referência para se inscrever, para poder pedir a vaga ao PADI, pois Eles não conseguem mais solicitar essa vaga ao PADI pelo Hospital Federal de Bonsucesso nem pelo NIR, ou seja, nem através do **Núcleo Interno de Regulação**, isso atrasa, porque para o médico dar o laudo que Eles solicitam para inscrição o paciente tem que estar de alta, mas às vezes Eles poderiam conjugar essa chegada ao domicilio do paciente com uma visita da equipe que vai passar a atender esse paciente, isso às vezes complica, principalmente porque às vezes isso acontece no final de semana, com isso, o paciente volta para o hospital por uma infecção urinária ou por um problema de pneumonia, o que não seria o caso. Ele afirma que isso é só alguns problemas que Eles enfrentam no dia a dia de um estabelecimento de Rede, tem outros mais esses são só alguns exemplos. O **Enfermeiro Luciano** diz que falará sobre dois grandes problemas que dificultam ainda mais a vida deles, porque são duas Portarias, duas Regulamentações que saíram no primeiro semestre de 2016: A primeira é Portaria 825 que reformula a Atenção Domiciliar, mas só que junto a essa Portaria Ele tem um rol de equipes de Atenção Domiciliar que já estavam autorizadas, habilitadas pelo Ministério da Saúde desde 2013, mas que não entraram em atividade e que foram desabilitadas, por exemplo, na Prefeitura do Rio de Janeiro Ele tem 14 equipes que foram desabilitadas e que estavam habilitadas desde 2013, então no que Ele poderia crescer na oferta de Serviço, Ele vai ter que começar o processo todo de novo, porque de 2013 a 2016 essas equipes mesmos habilitadas não foram efetivamente oficializadas. Ele cita uma Nota Técnica que complicam mais a vida Deles, por exemplo: Para a Atenção Domiciliar do Rio de Janeiro oferecer oxigênio Domiciliar tem que ser judicializado. A Nota Técnica 01, da Gestão de Tecnologia de Saúde e da Gestão de Atenção Domiciliar do Ministério da Saúde, autoriza como rol de procedimentos que o paciente em Atenção Domiciliar possa estar sobre prestação de ventilação mecânica invasiva em seu domicílio. Então Eles tem: Equipes habilitadas sendo desabilitadas, tem uma Rede de Atenção Domiciliar que só tem 25% do que deveria ter e Ele ainda tem um rol de procedimentos aumentando. Então como Eles conseguem resolver isso, como melhorar esse fluxo, essa é a pergunta que Ele faz para a Plenária, pois é isso que Eles vieram debater no Conselho, como Eles Profissionais da ponta de um Hospital Federal, podem melhorar o estabelecimento de Redes Deles junto ao Serviço da Secretaria Municipal de Saúde, como deve ser esse diálogo; como devem ser esses instrumentos; como deve ser a participação Deles; que fóruns existem e porque Eles não participam desses fóruns; como é que a Secretaria Municipal de Saúde 'enxerga' essa outra Rede que está dentro do próprio Município do Rio de Janeiro, que é Federal, Estadual e afins, assim por diante. O **Enfermeiro Luciano** diz que deixará um pensamento que é da **Senhora Regina Benevides**: "Pensar na Saúde como experiência de criação em si e de novos modos de viver, é tomar a vida em seu movimento de produção de Normas e não de assujeitamento à Elas". Em seguida Ele diz que: "aqui está nosso contato (que não aparece no telão)", em seguida, agradece a oportunidade de colocar em Pauta para todos. Reafirma que "Esses são nossos telefones (que aparecem no telão) de contato, a gente pode discutir, a gente está aberto para receber vocês lá justamente para fazer esse

movimento de discussão em outros lugares que não seja só no Conselho”. Ele diz que apresentará para todos dois componentes que vieram com Ele, e os cita nominalmente: a **Enfermeira Keila** e o **Assistente Social da Equipe**, o **Cláudio**, em seguida, o **Enfermeiro Luciano** se despede agradecendo a atenção de todos. **Conselheiro que não se identificou** interrompe, diz que são cinco Enfermeiros, um Assistente Social, duas Técnicas de Enfermagem e uma de assuntos educacionais e um Acadêmico de Serviço Social. O **Conselheiro Júlio Noronha** diz que não foi para criar polêmica, mas diz que o que ‘encaminhou o mundo’, o que ‘encaminhou agora o que nós estamos vivendo’ é isso, são os hospitais cheios de pacientes que podem viver mais perto de seus parentes até morrer, porque temos muitos pacientes terminais e o paciente pode morrer na paz com a família, então isso é que tem que ser discutido. Por isso, o **Enfermeiro Luciano** foi sensacional por ter apresentado as cinco coisas que acontece no PADI da Prefeitura, em não atender o telefone, mas se todos conseguirem resolver isso minimamente mesmo que não seja 100%, se conseguirem resolver 40, 50 ou 60% já se terá uma chance de esvaziar as emergências, então são essas discussões que tem que fazer e aprofundar e profissionalizar os Profissionais do Hospital Federal de Bonsucesso. Ressalta que não estão querendo ‘puxar sardinha’ para o lado deles, isso é, o Hospital Souza Aguiar tem. Então acha que isso todos podiam discutir para tentar aprimorar, reafirma que não é polêmica nem briga, pois todos estão tentando aprimorar para tentar melhorar o Serviço, inclusive a **Presidenta Fátima** é testemunha disso porque na AP. 3.1 foi pioneira nessa História do Hospital Federal de Bonsucesso. A **Presidenta Fátima Lopes** chama os componentes da Mesa para que a mesma seja recomposta. Fala que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque** tem um esclarecimento a dar, também diz que outros **Conselheiros** vão fazer perguntas, em seguida, pede o favor para a **Conselheira Patrícia** falar. Disse que quer agradecer ao **Enfermeiro Luciano** e ao **Conselheiro Júlio Noronha**, depois diz para o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** e para a **Presidenta Fátima Lopes** que gostaria de fazer um encaminhamento, porque na explanação do **Enfermeiro Luciano** existem muitos pontos para esclarecimentos, sobretudo de responsabilidade Federal, responsabilidade Estadual, responsabilidade Municipal, porque quando falamos de forma generalizada talvez se coloque o problema, como o **Conselheiro Júlio Noronha** falou: “Temos um problema”. Temos que ter uma política consistente e contínua em todos os níveis de governabilidade para dar conta dessa população, mas até aí gente sabe que tem essa responsabilidade, então as Portarias Ministeriais, entendeu o que estou dizendo, então é um pequeno esclarecimento em relação ao que acontece hoje na Atenção Domiciliar na Cidade, só para todos entenderem um pouco a dinâmica, nós temos onze equipes e essas equipes atendem aos seguintes Hospitais: Lourenço Jorge; Salgado Filho; Miguel Couto; Paulino Werneck; Pedro II e Francisco da Silva Telles, porque a idéia é não ter só uma área da Cidade privilegiada e sim todas às áreas, são mil agora pacientes acompanhados por mês. Essas equipes são compostas por: Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Técnicos em Enfermagem e além dessas onze equipes tem cinco equipes de apoio. Nessa equipe de apoio, porque? Eles entendem assim, tem uma equipe que é estrutural desse cuidado dessa Atenção Domiciliar e tem Usuários que precisam de atendimentos mais especializados, então tem o Fonoaudiólogo; a Terapia Ocupacional; a Assistente Social; Psicólogo; Nutricionista e agora o Odontólogo. Então o que acontece, para nós. Diz que gostaria de dar uma boa notícia ao **Enfermeiro Luciano**, fala que tem na Cidade os chamados Fóruns de Rede e nos Fóruns de Rede que acontece na AP. 4.0, já vai para o quadragésimo quarto Fórum de Rede enfim, nesses Fóruns de Rede Eles trabalham com a concepção de um Território integrado de Atenção à Saúde, então participam também as Unidades Estaduais e Federais. O **Dr. Leonardo Graever** que é o Coordenador da AP. 3.1, falou que no dia 23 agora teve o fórum da AP. 3.1, que é justamente para o exercício de se planejar como Rede e não só se informar:

“Eu faço isso e você faz aquilo”, mas de se planejar como Rede. Então como tem muitos assuntos que precisam ser esclarecidos, talvez precisássemos de uns 20 minutos da próxima sessão para voltar a esse assunto para detalhar isso, sair da generalização e detalhar o que é de competência Municipal e o que é de competência e ‘tal’. Agora Ele tem toda razão quando fala, mesmo tendo às atribuições de cada Esfera nós temos que entender que o nosso trabalho é em Rede, não adianta ficar cada um no seu canto porque o trabalho é em Rede. Agora da Desins, só quer chamar atenção do Macro Normativo, que aqui no Brasil, a Itália na década de setenta quando começa a fazer a Desins, enquanto a Inglaterra já tinha outros projetos, a Desins influencia decisivamente o Brasil, então no ano de 2.000 no Brasil foi aprovada a Lei 10.216, não foi só em 2003 com a Lei PNH (Política Nacional de Humanização). A Lei 10.216 trata justamente de algo vital para Eles que é o planejamento da alta, então lá está claro que não é desospitalizar, todo o paciente em situação de longa permanência ou não deve ser objeto de alta planejada. Em 2001 veio a Portaria 106 e a Portaria 220 para normatizar isso, por isso, Ela disse que são muitos detalhes e não vão conseguir falar tudo hoje, mas afirma que tem uma questão, os leitos Federais não estão na Regulação. O **Conselheiro Júlio Noronha** interrompe, mas a **Conselheira Patrícia** fala que vai explicar. Disse que fizeram onze Conferências de Saúde em 2015 e houve uma. Nova interrupção de **Conselheiro que não se identificou**, então a **Conselheira** pede paciência porque irá chegar no momento atual. Fala que se quiserem fazer de fato uma Regulação de uma Cidade com seis milhões de pessoas, não podemos ter um hospital que coloca um leito e outro hospital que não coloca. Então qual foi o Pleito para que o **Conselheiro Júlio** entenda a História, o Pleito foi assim: Se a gente consegue botar todos os leitos Municipais à disposição, se a gente consegue botar todos os leitos Estaduais e Federais, a gente consegue fazer uma coordenação do sistema melhor para todos. Então desde a primeira Conferência Distrital até a Municipal a Estadual e a Nacional, alguns avanços aconteceram e vão continuar acontecendo até porque todos os gestores entendem que isso é o melhor para todos. Agora o que nós temos que fazer nesse esforço de pensar a desospitalização. O mapeamento e o **Conselheiro Júlio Noronha** sabe disso, quando Ela abre uma vaga num leito ou quando Ela não abre porque esse leito está em longa permanência, isso impacta diretamente, porque Ela está deixando de atender um paciente em urgência, para atender um paciente em longa permanência, então esse mapeamento detalhado é muito importante para nós podermos dizer onde a gente avançou e onde ainda a gente tem problemas, entendeu o que estou dizendo **Conselheiro Júlio**, no sentido de que não podemos começar. Eu trabalho especialmente com isso, eu trabalho com Dezins a muitos anos, então assim, nós pensamos uma parte do problema que é a entrada do paciente, mas essa saída envolve recursos que envolvem: Sobrecarga familiar, a interrupção do trabalho, toda essa Rede. Então Ela diz que já falou que os avanços aconteceram, os leitos começam a estar aparecendo na tela e disponibilizados, mas ainda precisamos fazer uma gestão integrada, potente desse sistema, entende o que estou dizendo **Conselheiro Júlio**, você sabe disso porque você é gestor. Então para abrimos esse assunto e ter a devida solução. O **Conselheiro Júlio Noronha** interrompe diz que no Conselho Ele é Sindicato e não Gestor, pede então, o favor, dela corrigir. A **Conselheira Patrícia** corrige, dizendo que é Ele no Conselho é Sindicato. Então diz que a proposta é que todos na próxima reunião possam ter ainda esse tempo, porque tem outros pontos para esclarecimentos que ainda não falou e, se for explicar tudo só ficará falando e não quer isso. A proposta é retornar nesse tema com duração de 20 minutos na próxima reunião do Conselho, conversar entre os Conselheiros e o pessoal da Conselheira Patrícia, porque todos vão desdobrar esse tema. A **Presidenta Fátima Lopes** confirma que será na próxima reunião Ordinária. A **Conselheira Patrícia**, continua a explicar ressaltando que essas observações são muito importantes porque todos sabem que devem pensar nisso no detalhe também,

não só no está bom. O **Conselheiro Júlio Noronha** pede a palavra dizendo que podem achar que ele. A **Conselheira Patrícia** o interrompe dizendo que sobre essa questão acha que esclareceu. O **Conselheiro Júlio Noronha** prossegue dizendo que está tudo esclarecido mas o problema é que todos estão vivendo hoje em dia, porque os hospitais estão cheios: Miguel Couto, Souza Aguiar, Bonsucesso, qualquer que seja a Unidade Estadual, temos os pacientes, uns oncológicos que chegaram que você... a oncologia avançou muito, muito mesmo, mas chega um período que o paciente está no final da doença, então as vezes, claro que tem paciente que teve cinco AVC's e está acamado, ressalta que está falando do paciente oncológico porque mais de uns 30% dos pacientes são doentes oncológicos lá, alguns deles não poderiam estar dentro daquela emergência, na maca, na cadeira em qualquer lugar porque está cheio e ninguém coloca doente na cadeira porque quer por 30 dias, por acaso o médico ou o enfermeiro é perverso. Então alguns desses doentes não tem mais nada que a medicina possa fazer por eles, então as vezes o paciente pode ir para casa morrer no conforto do lar. Disse saber o que está falando é uma brutalidade, mas é a verdade. Comentou que o seu sogro teve câncer de próstata com metástase, os ossos foram quebrando mas não sentia muita dor Então ficou em casa e morreu na paz com a família. Essa é a questão. Essa é a dificuldade que tem, algumas vezes tem, porque as vezes o paciente não tem quem fique com ele em casa, porque todos tem que trabalhar. Será que tem alguma creche de idoso. No passado já foi tentado isso. Ressalta que há vinte anos atrás discutiu isso com Fátima Lopes e Nereu Lopes que estavam lá. Então essa é que é a questão para nós discutirmos, pois tem tudo, tem o leito mas você não pode pegar 'aquele' doente que não é nem para ficar internado, pois 'aquele' leito não fica para o doente que precisa desse leito. Então essa é a discussão que tem que fazer, quase à custo zero para todos os governos. Com isso, iremos resolver um grande problema que está assolando as emergências dos hospitais do Rio de Janeiro. Disse que não tem dúvida disso, pode trazer para conhecimento do Conselho o que acontece no Hospital Getúlio Vargas e o que acontece no Hospital Souza Aguiar etc.. está tudo na questão de poder tentar resolver na paz, agradecendo a oportunidade. A **Presidenta** também agradece. Prosseguindo chama a **Conselheira Maria José Peixoto** que toma a palavra dizendo para o **Enfermeiro Luciano** que ele realizou um trabalho excelente, um trabalho que os Conselheiros estavam querendo no Município do Rio, um trabalho que é mais ou menos a mesma coisa só que de forma diferente, mas é importante porque ele tocou no assunto do SISREG, porque não é só você que não tem acesso, ninguém tem acesso ao SISREG. Disse isso porque estava numa reunião no Ministério Público e a Promotora de Saúde ainda não tinha chegado, foi quando ouviu várias pessoas conversando entre si, que eram Gestores do Estado que diziam que não sabiam lidar com o SISREG. Disse que não acreditou no que ouviu, mas reafirma para a Plenária que foi isso que ouviu dos Gestores. Ficou horrorizada e o Gestor não sabia quem era. A **Conselheira Maria José Peixoto** ressalta que infelizmente essas coisas acontecem, porque no dia a dia todos sabem que o SISREG não funciona, as pessoas morrem sem saber como localizar e buscar o seu atendimento. Disse para a Conselheira Patrícia que achou ótimo ela ter colocado, porque pelo menos uma vez nós vamos concordar. a Conselheira Patrícia dizendo que já concordaram em vários outros assuntos. Prossegue dizendo o que o Enfermeiro Luciano apresentou no Conselho é uma coisa que gosta, pois é do seu perfil conhecer melhor as coisas, ver como é o atendimento nas famílias e 'tal'. Disse que hoje numa reunião pela manhã, estava conversando exatamente como preparar a família para lidar com seus entes queridos, porque não tem isso de ficar achando que o Cuidador de idoso vai tomar o espaço dela e o de outras pessoas, pois o Cuidador de idoso vai continuar a ser cuidador de idoso, mas tem que ser preparado para lidar com os familiares. Essa é a questão que temos que trabalhar, orientação, aprender não é só para uma, duas ou três categorias privilegiadas é para toda a sociedade: Como lidar com seu ente



querido: diabético, hipertenso, aquele que chega de uma internação e não pode comer comida 'pesada' no mesmo dia, por aí vai. Então companheiro, acho que o trabalho só vem acrescentar ao Conselho Municipal. Então, enquanto Conselheira interessada de conhecer melhor 'isso' bem detalhado, vai aguardar ansiosamente que chegue esse dia da Plenária para os Conselheiros ouvirem a tua apresentação novamente, apresentação do Município para os todos tecerem comentários para fortalecer a política. Veja há seis meses existia mil idosos, mil pessoas internadas e parece que não aumentou, precisamos de mais vagas, porque houve uma Plenária esse ano que foi dito assim: "Temos mil pessoas no Programa Residencial do tratamento de alta hospitalar". A **Conselheira Patrícia Albuquerque** informa que alguns receberam alta. A **Conselheira Maria José Peixoto** responde que sabe disso, mas queria que fosse três mil, quatro mil, seis mil, porque é inconsistência, tem que preparar a família como o Conselheiro Júlio disse e preparar os Profissionais de Saúde para lidar com isso, mas a verdade é que os três Entes Federativos estão muito aquém do que deveriam estar. Disse que pode até criticar o Governo Municipal mas ele investe 21% na Saúde, mas se o investimento está mal empregado então vamos tentar melhorar. Por isso, a proposta do Conselho é de que o Governo Estadual e o Governo Federal estão 'pisando em todo mundo' em reação à Saúde, Segurança em tudo no Estado. Certo! Então nós temos os Hospitais Federais cheios, lotados, desatualizados e sem estrutura para atender a população, porque estão 'caindo aos pedaços' porque conhece e já viu reportagem sobre o Hospital Federal de Bonsucesso. Disse que pode voltar para conhecer novamente, então 'companheiro' vou dizer para ti, a estrutura hospitalar no Rio de Janeiro está podre e que está falando do Rio de Janeiro porque enquanto Conselheira é sua base. Ressalta que o município investe 21% do seu orçamento, mas se o federal e o Estado investisse cada um 15%, daria 51% do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro que iria para a Saúde da nossa população, enquanto desembolsarem, enquanto não acharem que a Saúde é importante é indispensável atender ao nosso povo, porque é triste ver as pessoas chorando porque foram lá marcar um exame, mas marcaram para seis meses depois. A **Presidenta Fátima Lopes** pede para concluir. A **Conselheira Maria José Peixoto** responde que vai concluir, mas é bom desabafar por causa das matérias jornalísticas que ouvimos e lemos todos os dias. Então não podemos assumir isso enquanto somente município, nós temos que assumir isso enquanto três Entes Federativos, não podemos resolver isso sozinhos porque a Saúde é um direito de todos e dever do Estado. Portanto, o Estado Federal tem que investir na Saúde, porque se o Município investe 21%, então todos querem que o Estado e o Federal também investissem. Dá os parabéns ao **Enfermeiro Luciano** e a equipe do Hospital Federal de Bonsucesso porque conhece o Conselheiro Júlio Noronha que trabalha no HGB. Por isso, fala que precisa marcar um dia com ele para conhecerem melhor a estrutura recente, porque uma coisa é falar do que viu há seis meses atrás, outra coisa é falar de uma visita atual. Finalizando ressalta que gostaria de conhecer atualmente a situação do HGB. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que quer agradecer ao Enfermeiro Luciano e ao Conselheiro Júlio Noronha e aos dois representantes pela apresentação. Ressalta que estão convidados para participar da próxima reunião Ordinária, porque será incluída a solicitação desse ponto na pauta. O **Conselheiro Júlio Noronha** pede a Presidenta enviar a solicitação para a direção. A Presidenta concorda e diz que vai fazer o ofício junto com o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o ponto três da pauta pedindo para o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fazer a leitura. Este disse que o próximo ponto é a Chamada Pública para contratação de Serviços de Assistência Ventilatória não invasiva para atuar de forma complementar no âmbito do SUS. Em seguida, avisa que lerá rapidamente para os Conselheiros à análise feita: "Considerando a necessidade de Prestação de Serviços de caráter continuado, sem possibilidade de interrupção devido ao risco de morte dos pacientes dependentes da



assistência e do equipamento de ventilação mecânica não invasiva, esta Pasta convocou um Chamamento Público com vistas à suprir essa demanda. O Chamamento Público envolve um valor anual estimado em R\$ 1.742.000,00 para contratação e/ou credenciamento de 5.120 procedimentos. O prazo de execução dos Estabelecimentos de Saúde contratados e/ou conveniados será de cinco anos. Assim submetemos a apreciação do Controle Social para fins de aprovação do Chamamento Público. O Processo Administrativo **09/004674/2015** para contratação e credenciamentos de Estabelecimentos de Saúde, com vistas a Prestação de Assistência Ventilatória não invasiva de forma complementar ao Sistema Único de Saúde. Cabe ressaltar que a publicação do Edital ocorreu no dia 28 de abril de 2016, tendo os interessados trinta dias corridos para apresentar suas propostas. Ao final desse período, apenas uma interessada apresentou documentos candidatando-se ao Pleito. Após a análise documental, o Prestador AFIP – Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa TDN foi considerado apto nesta etapa. Segue em anexo as partes integrantes do Processo Administrativo em epígrafe, devidamente publicado no Diário Oficial do Município em 28/04/2016, páginas 55 a 67, a saber: Edital de Chamamento Público 001/2016; Termo de Referência e Termo de Contrato, outrossim segue a Resolução SMS nº 2.669 de junho de 2016 publicada no Diário Oficial do Município de 16/06/2016, página 21, que homologa o resultado final deste Chamamento Público”. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz para o Pleno do Conselho que é um Chamamento Público que apresentou apenas a empresa que foi considerada após a apresentação documental, apenas a AFIP - Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa TDN. Observação **Ofício n.º 838/2016**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa para o ponto quatro da pauta. Disse que se trata de uma Chamada Pública para contratação de Serviços de Telemedicina para atuar de forma complementar no âmbito do SUS. Em seguida, faz a leitura da análise: “Considerando a necessidade de contratação de Serviços para emissão de laudos médicos ligados a execução de procedimentos diagnósticos no âmbito do Município do Rio de Janeiro e, a crescente ampliação da oferta desse tipo de procedimento à população, esta Pasta convocou um Chamamento Público com vistas à suprir essa demanda. O Chamamento Público envolve um valor anual estimado em R\$ 702.011,57 para contratação e/ou credenciamento de Serviços de Telemedicina para emissão de 124.855 laudos médicos. O prazo de execução dos Estabelecimentos de Saúde contratados e/ou conveniados será de cinco anos. Assim submetemos a apreciação do Controle Social para fins de aprovação do Chamamento Público 010/2015, Processo Administrativo **09/003795/2015** para contratação e credenciamento de Estabelecimentos de Saúde com vistas a Prestação de Telemedicina de forma complementar ao Sistema Único de Saúde. Cabe ressaltar que a publicação do Edital ocorreu em 17 de dezembro de 2015, tendo os interessados trinta dias corridos para apresentar suas propostas. Ao final desse período, quatro interessadas apresentaram Documentos candidatando-se ao Pleito. Após a análise documental, três foram inabilitadas e uma teve a proposta rejeitada. Segue em anexo as partes integrantes do Processo Administrativo em epígrafe devidamente publicados no Diário Oficial do Município em 17/12/2015, páginas 130/149, a saber, Edital de Chamamento Público; Termo de Referência e Termo de Contrato, outrossim segue a Resolução SMS nº 2.970 de 15 junho de 2016 publicada no Diário Oficial do Município de 21/06/2016, página 21, que homologa o resultado final deste Chamamento”. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse pelo que concluímos do que foi lido, nenhum dos interessados conseguiram corresponder às exigências do Edital. Observação: **Ofício n.º 839/2016**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa para o ponto quinto da Pauta. Trata-se do **Ofício n.º 883/2016** S/SUBGERAL/CGCCA – Edital de Chamamento Público n.º 006/2015 para contratação de Serviços de Fisioterapia. Em seguida, faz a leitura, cuja análise foi muito resumida: Trata-se do seguinte: iremos colocar para aprovação do Edital. Esse Edital tem para

atendimento ambulatorial em fisioterapia de forma complementar ao Serviço do SUS. O Objeto: “O presente Edital tem por objetivo inserir Estabelecimentos de Saúde interessados em prestar Serviços Técnicos Profissionais na área de Fisioterapia Ambulatorial de forma complementar ao SUS, a serem referenciados de acordo com as Normas Técnicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde para realização dos procedimentos elencados no Termo de Referência em anexo. Esse Edital foi publicado em 22/06/2015 na folha 122 do Diário Oficial do Município. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** faz uma observação: “esse veio mastigado”. Ressalta que até o momento não apareceu nenhum Prestador interessado. Disse também que o Senhor André, representante da SURCA poderá ajudar-los em relação a isso. **Senhor André** assumindo a palavra disse que está só para aprovação do Edital. Afirma que esse Serviço é para toda a Cidade do Rio de Janeiro. Diz que primeiro vem o Edital de Chamamento Público para o Conselho Municipal aprovar, depois virão os Processos com cada empresa. Depois vai para as AP's. Primeiro é aprovar o Chamamento do Serviço. A **Conselheira Maria José Peixoto**, pergunta se essa análise do Ofício que acabou de ler e não apareceu Prestador interessado, também não é um Chamamento. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde que esse também é um Chamamento. Então que vai acontecer, estão dando ciência que até agora não apareceu prestador interessado. Em seguida pergunta se o **Senhor André** quer falar algo sobre os Chamamentos. A **Conselheira Maria José Peixoto** pede para não se alongar porque a pauta está atrasada. Segue-se uma brincadeira saudável em relação a fala da Conselheira. O **Senhor André** esclarece o que o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima disse. O senhor diz que eles inicialmente submetem o Edital da Chamada Pública. Posteriormente vão encaminhando o processo de cada Prestador que se candidatou à Chamada. Em seguida irão encaminhar o processo e/ou processos para o Conselho Municipal. Ressalta que em relação à Telemedicina, quando inicialmente teve quatro ou cinco Prestadores inabilitados. Então para todo Chamamento, eles abrem um período para que os Prestadores façam vistas em que aspectos foram inabilitados. Depois é dado um prazo para esses Prestadores se adequarem. Disse que um Prestador de Telemedicina se adequou e irão publicar a Habilitação. Depois irá submeter essa Habilitação ao Conselho Municipal. O **Senhor André** esclareceu caso não esteja enganado foi a Empresa Telecárdio, depois diz que o processo de Fisioterapia foram escolhidos de oito a dez candidatos, alguns foram inicialmente habilitados e cita-os: FAMAD, a Renascer e a Nova Guanabara que também está sendo submetida. Reafirma que estão encaminhado os processos de cada Prestador para o Conselho Municipal. Depois cita outra habilitada, a Pestalozzi. O **Conselheiro Geraldo Batista** interrompe perguntando se ainda está aberto o Edital porque na AP. 5.3. já fechou a Habilitação. O **Senhor André** responde que o Edital ainda está aberto. Ressalta que no processo de encaminhamento de interessados da Fisioterapia, tiveram várias Unidades que se apresentaram. **Conselheiro que não se identificou**, pergunta os nomes. O **Senhor André** responde que não se lembra de cada CAP, mas se o **Conselheiro que não se identificou** quiser poderá passar depois na SURCA que lhe mostrará os nomes das que se habilitaram. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que irão fazer a votação. Pergunta quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. **Aprovada pela maioria simples os Chamamentos Públicos.** A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o ponto sete da pauta: **Comissão de Educação Permanente**. Pergunta se o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima fará a apresentação. O **Secretário Executivo** responde que será a Presidenta da Comissão que irá fazer a apresentação. A **Conselheira Edna Corrêa Moreira** deseja boa tarde para todos, fala que o pessoal da Comissão abriu mão do horário por uma questão de bom senso, mas ressalta que na próxima reunião ordinária estarão ocupando o espaço destinado a Comissão de Educação Permanente. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o ponto oito da pauta: **Comissões do**

**Conselho Municipal de Saúde** citando uma a uma e quem quiser falar pode se manifestar: **Comissão de AIDS e Hepatites Virais**. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que se inscreveu primeiro. Por isso será a primeira a falar. A **Presidenta Fátima Lopes** continua a citar as Comissões. **Comissão de Educação Permanente**, ressalta que o pessoal dessa comissão abriu mão de falar. Cita então a próxima: **Comissão de Gêneros, Raças e Etnias**. A **Conselheira Maria José Peixoto** se apresenta para falar. A **Presidenta Fátima Lopes** pede o favor para se manifestar. A **Conselheira Maria José Peixoto** pergunta se tem mais alguém dessa Comissão além dela. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que a **Conselheira Sônia Nascimento** está presente e faz parte dessa Comissão. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que já estão na terceira reunião do grupo da Comissão. Ressalta que gostariam que quem faz parte dessa Comissão tem que participar de verdade, porque o Conselheiro André Luis Andrade Justino que foi para Florianópolis nunca participou. Então quem é dessa Comissão precisa participar, porque não adianta colocar o nome de um Conselheiro que não quer participar porque não irá contribuir. Disse que tem certeza que a Conselheira Sônia Nascimento irá encontrar um horário na agenda para que todas as segundas terças-feiras de cada mês no dia da Plenária do Conselho Municipal para se reunirem às 10h na Sala da Presidência do Conselho. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que a Conselheira Sônia Nascimento não terá impedimento porque sabe que ela irá participar. Ressalta que precisam estar todos juntos, porque não adianta um, dois, três participarem da Comissão e irem falar em nome de todos. Disse que infelizmente a Conselheira Vivian Peixoto não pode comparecer, pois está com uma questão de ordem pessoal. Informou ainda que isso tem que ser registrado no Plenário do Conselho porque nesse caso não considera falta. Ressalta que a Comissão está solicitando à Mesa, inclusive já falaram com o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, que estão solicitando a Comissão Executiva e, em especial a Presidenta Fátima Lopes para que na próxima Plenária a Comissão possa apresentar o trabalho que foi discutido entre eles porque tem propostas para fazer uma apresentação na Cinelândia com barraquinhas, mostrando para a população o que é a mulher negra, o que é o homem negro, porque todos são negros mas não sabem disso, porque o Brasil é o País mais rico do mundo já que tem todas as raças juntas. Então irão fazer um trabalho de orientação na Cinelândia previsto para o dia 11 de novembro. Que no dia da apresentação irão pedir apoio do Conselho, mas ressalta que estão pedindo para que essa apresentação seja feita no mês de agosto, incluindo o apoio e a estrutura para fazerem esse evento, porque será um evento excelente. A **Presidenta** agradece a participação da Conselheira. A **Presidenta Fátima** cita a **Comissão de Orçamento e Finanças; Comissão de Saúde; Comissão de Saúde do Trabalhador**. A **Conselheira Maria Angélica de Souza** pede para falar. A Presidenta diz que pode falar. Segue-se uma confusão porque a Conselheira Maria José Peixoto fala que a Conselheira Maria Edileusa pediu para entrar na Comissão. Segue-se nova discussão. Então o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, diz que já está anotado o nome da Conselheira Maria Edileusa para ser incluído na Comissão de Gêneros, Raças e Etnias. A **Presidenta Fátima Lopes** anota também o nome e pede para a Conselheira Maria Angélica falar. A **Conselheira Maria Angélica de Souza** informa sobre a última reunião que tiveram. Ressalta que essa reunião ocorre na segunda, segunda-feira de cada mês às 14h. Reafirmou que a última reunião ocorreu dia 11 e contou com a presença de três membros da comissão. O **Conselheiro Geraldo Batista**, pede licença, fala que a reunião marcada para o dia 15, acha que vai ser realizada não na AP 5.2 mas na AP 5.1. A **Conselheira Maria Angélica de Souza** responde dizendo que foi deliberado na reunião, mas antes diz que foi escolhida na última Comissão para ser a Coordenadora. Então a partir da publicação irão dar mais dinamismo para a Comissão. Ressalta que tem a cópia da publicação e fala o que foi deliberado pela Comissão. Informou que dentro do Núcleo de Saúde do Trabalhador das áreas da

AP 5.1, AP 5.2 e AP 5.3 vai ter uma oficina, afirma que no dia 15 e terá ainda uma pré-oficina que estará ocorrendo. O **Conselheiro Geraldo Batista** informou que iria ser no Hospital mas o local foi mudado para a Área e devem estar divulgando melhor o Núcleo porque já tem Núcleo, porque as Áreas da AP.5.1, AP.5.2 e AP.5.3, são as únicas que tem Núcleo de Saúde do Trabalhador. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que a AP 3.3 também tem seu Núcleo. A **Conselheira Maria Angélica** corrige e diz que a AP 3.3 também tem Núcleo, mas pergunta se o pessoal da AP. 3.3. ainda não tem a programação. Disse que para eles até se apropriarem e integrarem todas as Comissões e criarmos novas Comissões para fortalecer a Comissão de Saúde do Trabalhador. Então irão convidar para a próxima reunião que será no dia 08 de agosto: os sindicatos, os Núcleos das áreas e todas as pessoas envolvidas com a Saúde do trabalhador, com trabalho e representação para tentar fortalecer e propor que cada Área crie seus Núcleos, mas se não tiver condições de criar um Núcleo de uma Área só, então fortalece e faz com três Áreas como fez as AP.5.1, AP.5.2 e AP.5.3, porque se uniram e ficou mais fácil trabalhar. Disse que irá levar essa proposta para a Área da AP 3.2 para fortalecer com a AP.3.3 e com a AP 3.1. Então serão todas as Áreas que irão convidar para essa reunião, farão uma Carta-Convite e irão pedir que os Sindicatos participem, porque estão precisando dos Sindicatos para ajudar os trabalhadores porque está muito difícil principalmente. A **Conselheira Maria José Peixoto** diz que Sindicato dos Assistentes Sociais está à disposição para ajudar. A **Conselheira Maria Angélica** agradece e reafirma que irão fazer Carta-Convite a todos para traçarem uma estratégia de mobilização, porque estão percebendo que os trabalhadores estão se sentindo muitos prejudicados, porque não tem voz. Por isso, disse que estão se dispondo para fortalecer essa Comissão. Disse ainda que de antemão, já que tem essa agenda para o dia 08 de agosto, então quanto mais representação de trabalhadores tiverem nessa reunião para criar as propostas de trabalho, será muito melhor para avançarem. Esse é um informe. O outro informe é que no dia 29/07, de 09h às 16h na Faculdade Simonsen, estará ocorrendo a oficina de Saúde do Trabalhador das AP's 5.1, 5.2 e 5.3, ressalta que isso já é um trabalho porque as AP's 5.1, 5.2 e 5.3 no Núcleo do Trabalhador de lá estarão fazendo uma oficina. A **Conselheira Maria José Peixoto** quer saber em que Área fica, a **Conselheira Maria Angélica de Souza** responde que fica em Campo Grande, Bangu e Santa Cruz. A **Conselheira Maria José Peixoto** disse que só quer saber qual é a Área. A **Conselheira Maria Angélica** e a **Presidenta Fátima Lopes**, respondem ao mesmo tempo que fica na AP. 5.1. A **Presidenta Fátima** cita a **Comissão de Saúde Mental** e faz uma leitura: O Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro. Prezados Senhores, cumprimentando-vos com respeito sigo-me no presente na qualidade de Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ para expor e informar o que segue, mais uma vez solicito a substituição do **Representante Titular do Marcos Ferreira de Menezes**, Diretor do SATEMRJ, pela **Diretora Miriam Andrade de Souza Lopes**, tendo como Suplente a **Diretora do SATEMRJ, Regina Maria da Silva**, tendo como motivo dessa substituição o fato do **Senhor Marcos Ferreira de Menezes** está se afastando para concorrer às eleições para Vereador. Desculpe o transtorno, aproveito o ensejo para reiterar vossa estima e distinta consideração, atenciosamente a **Presidente Miriam Andrade de Souza Lopes**". **Presidenta Fátima Lopes** passa para o nono ponto da pauta: **Informes da Secretaria Executiva**. Pergunta se algum Conselheiro tem informe pode falar. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa aos Conselheiros que eles sabem que toda reunião do Conselho, do Colegiado é realizada na segunda terça-feira de cada mês, pois todos os Conselheiros tem o calendário das reuniões. Ressaltou o que a Executiva faz é uma propaganda da reunião chamando os Conselheiros, assim incentivando a participação deles. Informou que estava falando sobre isso porque hoje recebeu telefonemas dos Conselheiros dizendo: "poxa tem

reunião hoje”. Então respondeu que tem sim, mas um disse: “mas nem avisaram”. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** ressalta que primeiro a Executiva avisa e segundo que tem o calendário. Então é só para reforçar. Disse que tem outro assunto para falar e registrar na Ata, mas esqueceu momentaneamente. Passou então para outro assunto. Informou que a reunião de agosto à principio será na mesma data, mas se verificarmos que a locomoção na Cidade vai dificultar e ‘tal’, suspenderemos mas à principio a data está mantida. A **Conselheira Maria José Peixoto** pergunta se não é ponto facultativo. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde dizendo que não é ponto facultativo. Será normal o expediente, mas reafirma que lamenta ter esquecido o outro aviso. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o décimo ponto da Pauta: **Informes do Colegiado**. Chama o **Conselheiro Ludugério Silva** para dar informe, só que ele teve que ir embora, então chama a **Conselheira Maria Clara Migowski** que toma a palavra e informa que no dia 08 de Julho, o pessoal da ACADIM realizou uma capacitação da Rede em doenças neuromusculares. Afirma que anteciparam a jornada que geralmente é em setembro, mas anteciparam por causa do movimento das Olimpíadas e Paraolimpíadas. Então realizaram a sexta jornada: “Doenças Neuromusculares em Discussão”. Disse que a frequência foi bem interessante com mais de cem participantes que ficaram até o final da reunião que terminou as 17h com auditório lotado, todos ficaram muito satisfeitos do que foi feito na reunião. No primeiro momento tiveram o diagnóstico diferencial entre as doenças neuromusculares, no segundo momento foi o tratamento das doenças neuromusculares. A **Conselheira Maria Clara Migowski** diz que gostaria que isso ficasse registrado que foi uma atuação da ACADIM e conseqüentemente o Conselho Municipal também está envolvido, porque como Conselheira está levando a educação continuada dos Profissionais na Área que está ligada que é a Área da doença neuromuscular. Pediu para fazer uma informação extra: aconteceu um acidente no metrô então quem vai de metrô que fique alerta, pois um caminhão invadiu a linha dois do metrô e uma pessoa morreu. A linha está toda interditada e não se sabe quando será restabelecido o tráfego do metrô. A **Presidenta** chama o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** para falar. Este assumiu a palavra pedindo desculpas mas disse que se lembrou e, é importante registrar, como já havia falado no Conselho Municipal sobre os tickets de alimentação do Conselho. Informou que o processo, a licitação foi deserta, ou seja, as empresas que selecionam propostas não apareceram para licitar, mas continuam com o processo tentando agora uma nova modalidade para compra do ticket. Ressaltou resumidamente que o processo hoje, se encontra na Procuradoria do Município para que dê o aval e se pode ser feito nessa modalidade ou não. Afirma que já tem empresa para fornecer bastando que a Procuradoria dê o ‘ok’ para comprarem. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** afirma que o processo foi hoje para a Procuradoria após tramitar tudo que tinha que tramitar. A **Presidenta Fátima Lopes** chama para dar informe a **Conselheira Maria Edileusa** que assume a palavra desejando uma boa tarde a todos. Informou que já estão funcionando lá Rocha Maia e, começaram na segunda-feira, ressaltando que já enviaram uma profissional. Disse que estão todos felizes com a sala nova, mas que ainda não teve tempo de visitar a sala porque na semana passada tiveram que fazer visita na Área da AP. 2.1. Informou que foram visitadas sete Unidades de Clínica da Família. Essas visitas foram feitas na terça-feira e sexta-feira, tomando deles o dia inteiro de cada dia de visita. Explicou que visitaram o dia inteiro as cinco Unidades de Clínica da Família da Rocinha, Canoas e Vidigal. Fizeram essas visitas por causa de uma demanda do Ministério Público. Então reafirma que fizeram essas visitas para adiantar os procedimentos. Ressaltou que ouviu falar no Conselho Municipal sobre a questão da responsabilidade, sobre a chegada dos processos. Então fazer essas visitas é importante. A **Conselheira Maria Edileusa** afirma que o Vidigal está um caos e, ressalta que sinceramente ficou decepcionada com o Vidigal porque graças

à Deus eles (da Rocinha) não tem muito que reclamar, mas os irmãos (Profissionais, médicos, enfermeiros etc.) do Vidigal estão trabalhando precariamente e além disso o posto é muito pequeno, tanto que os remédios e a medicação ficam no corredor junto com os pacientes, porque não tem espaço na farmácia. Afirma que a equipe é muito dedicada e a comunidade é muito grande, porque o Vidigal cresceu assustadoramente que nem a Rocinha porque a elite, os famosos estão indo lá visitar, isso está fazendo o Vidigal crescer, mas o Vidigal tem apenas três equipes para atender uma comunidade imensa, imagine um postinho, como ela chamava o CMS Albert Sabin de 'caixinha de fósforo'. Concluiu sua fala dizendo que a situação no Vidigal está muito séria, agradecendo a oportunidade. A **Presidenta Fátima** chama a **Conselheira Sônia Nascimento**. A **Conselheira Sônia** primeiramente fala 'Fora Temer', depois deseja uma boa tarde para todos. Informou que, por enquanto, os negros tiveram uma conferência da Frente Brasil Popular da Zona Oeste. Afirma que foi o 'primeiro braço' da Frente Brasil Popular desde o lançamento em Belo Horizonte e que foi um prazer ter ido. Em Campo Grande também tem a Frente Brasil Popular com o tema: "Unir, Resistir e Lutar" e, reafirma que foi no ciclo de Campo Grande lugar que todos conhecem. Explica que falaram sobre a conjuntura Nacional e o que estamos vivendo no Rio de Janeiro. Informou sobre as Clínicas da Família, porque junto com o Conselho de Saúde da AP 5.2 deliberaram para que tivessem Clínicas da Família, inclusive na Comunidade onde mora, mas ressalta que depois apareceram uns golpistas falando que foram eles que deliberaram para pedir as Clínicas. A **Conselheira Sônia Nascimento** agradece pela Clínica da Família do Jardim Moricaba. Justifica que não está indo às Comissões porque trabalha, pois não é Funcionária Pública e além disso não é liberada para comparecer. Ressalta que está de férias e podia estar na praia porque o dia está lindo e que poderia estar cuidando da vida fazendo a matrícula na faculdade mas resolveu vir. Disse que foi encaminhada pela Clínica da Família para fazer uma mamografia na Escola de Ultrassonografia do Rio de Janeiro, em Campo Grande. Ressaltou que é uma escola de excelência e qualidade, mas a pessoa que a atendeu, não sabe se é médica ou técnica, disse que sobram vagas para o SUS todos os dias. Essa pessoa falou sobre o quantitativo dia e mês mas não conseguiu anotar e nem lembrar. Prosseguiu informando que é um absurdo sobrar vagas ainda mais em uma Escola que tem tecnologia de ponta onde o atendimento não é demorado. Disse que quando chegou só tinha ela para ser atendida e ainda sobraram vagas. Por isso, reafirma que é um absurdo. Então disse para essa pessoa que iria falar sobre isso no Conselho Municipal de Saúde, porque quer saber como isto é feito e como regulam para sobrar vagas. A **Presidenta Fátima Lopes** informou que isso é devido a forma de regular. A **Conselheira Sônia Nascimento** concorda, mas que está trazendo para o Conselho essa boa nova porque o atendimento foi maravilhoso. Informou ainda que a Clínica da Família Everton de Souza localizada no Jardim Moricaba, onde faz tratamento odontológico, mas só que não tem raio-x na área odontológica e como trabalha no Sindicato onde tem Raio-x conseguiu fazer, só que outras pessoas são pobres e não podem pagar R\$ 20,00 ou R\$ 30,00 reais por um raio-x odontológico. Então nesse dia disse para a dentista que não tinha dinheiro nesse dia para pagar o Raio-x mas poderia esperar o pagamento para pagar, mas e as outras pessoas que não vão ter a continuidade e o sucesso do tratamento que todos querem. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, pergunta a Conselheira Sônia se é o raio-x panorâmico que não tem. Responde o que falta é o Raio -x comum. Foi esse comum que fez no Sindicato, porque não tem um local comum onde se possa fazer raio-x de todas as Clínicas. Disse que não tem raio-x panorâmico mas tem Raio-x de 'tudo'. Tem ultrassonografia, tem pré-natal, mas não tem Raio-x odontológico. Informou ainda que deixa para o Conselho essa proposta/sugestão para resolver isso, se é possível. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta se no Consultório dentário tem aquela máquina para colocar. A **Conselheira Sônia Nascimento** responde que não tem porque teria que colocar

chumbo nas paredes e 'tal'. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** concorda com. A **Presidenta Fátima Lopes** chama o **Conselheiro Julio Noronha**, depois chama a **Conselheira Maria Angélica** e em seguida o **Conselheiro Marinaldo Silva** mas todos retiram seus informes. Segue-se uma discussão a respeito de quantos Conselheiros estão inscritos. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se algum Conselheiro está inscrito. Nesse momento a **Conselheira Miriam Andrade** afirma que também retirou seu informe. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que o **Conselheiro Adelton Gunzburger** teve que se retirar do Conselho, mas ressalta que o **Conselheiro Geraldo Batista** está inscrito e se encontra ainda no Conselho. A **Presidenta Fátima Lopes** então chama o **Conselheiro Geraldo Batista** que assumiu a palavra dizendo que seu informe será rápido. Comunica que na última quinta-feira pediu uma licença do Conselho Distrital de Saúde da AP. 5.3. Ressaltou que essa licença que tirou não é para se candidatar a qualquer cargo político. Informou que se licenciou da Presidência e quem assumiu foi o Senhor Gilberto Nicacio Aragão, porém foi acordado na Executiva e na Plenária que continuaria com a agenda na qual se candidatou para representar o Conselho Distrital de Saúde. Portanto, enquanto licenciado não responde pela Presidência do Conselho, mas reafirma que continuará respondendo só pela agenda como representante. Informou ainda que quer deixar registrado que a licença é de ordem pessoal, particular, mas talvez retornará a Presidência ou não, porque vai depender o que vai ver e como 'vai vir'. Prosseguindo disse que vai deixar um aviso importante: afirma que a Coordenadora Leila Marino com grande orgulho recebeu a medalha Tiradentes na ALERJ, antes havia recebido a medalha Pedro Ernesto. Disse que a AP 5.3 está em festa porque a Coordenadora Leila Marino está fazendo aniversário hoje. A **Conselheira Maria José Peixoto** pergunta o nome e responde que é a Coordenadora Leila Marino, a melhor Coordenadora de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. A **Conselheira Maria José Peixoto** responde que é amiga dela. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a **Conselheira Maria José Peixoto** assumindo a palavra informou que a Coordenadora Leila Marino merece todas as homenagens do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro, porque é uma pessoa que 'arregaça as mangas', trabalha e sua a camisa. Então parabéns para a amiga que é amiga e colega e parceira de todos. A amiga Leila Marino merece todas as homenagens possíveis e imaginárias. Disse que vai falar agora um assunto sério: Que quer deixar registrado no Conselho que quando alguém diz assim: "Eu sou empresa privada e não tenho liberação porque não sou empregado público". Essa fala dá a entender que o servidor público não trabalha. Disse que quer registrar porque da forma que entendeu, quer dizer que por mais que goste da pessoa e que gosta mesmo irá defender o segmento que a pertence, mas se o segmento estiver errado dirá: "Meu segmento está errado", mas se o segmento estiver certo dirá: "eu vou defender, o companheiro está certo". Ressalta que não tem preferência por um lado ou outro e, que é do o segmento dos Trabalhadores visando o maior interesse que é de todos, porque todos são usuários do Sistema Único de Saúde, seja direta ou indiretamente porque ninguém sabe o que vai sofrer nas ruas. A **Conselheira Maria José Peixoto** reafirma que os servidores municipais, estaduais, aliás os estaduais que estão trabalhando sem receber por causa da desgraça em que es

tá o Rio de Janeiro; esse PMDB golpista que faz a falência do Estado do Rio de Janeiro, mesmo assim os companheiros estão trabalhando sem receber e sem pagar as suas contas. Por isso temos que repudiar esse tipo de governo, mas de qualquer forma quer parabenizar os servidores públicos estaduais que mesmo sem receber estão atendendo dentro das unidades públicas de saúde. Esse gesto precisa ser respeitado. Disse que como servidor municipal, porque os Conselheiros Municipais são do segmento dos Trabalhadores, todos os servidores cumprem sua jornada de trabalho, porque se o servidor não cumprir não irá defendê-los. A **Presidenta Fátima Lopes** pede para concluir a fala. A **Conselheira Maria José**

**Peixoto** disse que não irá defender trabalhadores, servidor público, que tem que servir o público, mas não cumpre sua jornada de trabalho. Ressalta que está bem a vontade para falar isso porque sempre cumpriu sua jornada de trabalho. Por isso, não tem medo de alguém acusá-la disso. Informou que em relação ao Estado, a jornada de trabalho o salário é justo, trabalhou ganhou. Portanto, o Estado merece que nós o repudiemos. Então parabéns aos trabalhadores públicos, servidores públicos que carregam sobre seus ombros toda a assistência, toda a máquina pública do Município, do Estado e da União. A **Presidenta Fátima Lopes** agradece a participação da Conselheira. Dando prosseguimento chama a **Conselheira Patrícia de Albuquerque** que assume o microfone informando que tiveram a Mesa de Negociação no dia 08 de Julho, porque na sessão anterior, na última reunião do Conselho nós colocamos que a Mesa seria retomada. Então está informando que fizeram a primeira reunião recomeçando a Mesa de Negociação do SUS. Em seguida despede-se agradecendo a atenção de todos. A **Presidenta Fátima Lopes** informa ao plenário que não há mais nada a deliberar e a comentar, dando por encerrada a reunião enviando um beijo no coração de cada um e esperando por todos até a próxima reunião. Não havendo mais nada a ser discutido é encerrada a reunião às dezessete horas e trinta minutos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Presidente deste Conselho e Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes